



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**SAFIRA SOARES DE SOUSA**

**A GRAVIDEZ NA VIDA ESCOLAR DE MENINAS ADOLESCENTES DO ENSINO  
MÉDIO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE BOA VISTA**

BOA VISTA-RR

2024

**SAFIRA SOARES DE SOUSA**

**A GRAVIDEZ NA VIDA ESCOLAR DE MENINAS ADOLESCENTES DO ENSINO  
MÉDIO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE BOA VISTA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Roraima, sob a orientação do professor Doutor Flávio Corsini Lírio.

Linha de Pesquisa 2: Educação e Processos Inclusivos.

BOA VISTA-RR

2024

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S725g Sousa, Safira Soares de.

A gravidez na vida escolar de meninas adolescentes do ensino médio nas escolas estaduais de Boa Vista / Safira Soares de Sousa. – Boa Vista, 2024.

86 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Corsini Lório.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE.

1. Gravidez na adolescência. 2. Educação sexual. 3. Prevenção.  
I. Título. II. Lório, Flávio Corsini (orientador).

CDU (2. ed.) 618.2(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista (UFRR):  
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

SAFIRA SOARES DE SOUSA

**A GRAVIDEZ NA VIDA ESCOLAR DE MENINAS ADOLESCENTES DO  
ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE BOA VISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Roraima, como pré-requisito para a conclusão do curso. Linha de Pesquisa 2: Educação e Processos Inclusivos. Apresentado em 26 de setembro de 2024 e avaliado pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Flávio Corsini Lírio  
Presidente-PPGE/UFRR

---

Profa. Dra. Cinara Franco Rechico Barberena  
Membro interno-PPGE/UFRR

---

Profa. Dra. Joelma Ana Gutierrez Espíndula  
Membro externo PROCISA/UFRR

*A Deus, por toda sua infinita bondade, A minha família, amigos e professores.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, com o coração cheio de gratidão, venho agradecer pela sua orientação e apoio ao longo da realização do meu trabalho. Sua presença constante e seu amor em cada desafio enfrentado e em cada conquista alcançada, sinto sua mão me guiando e sua paz acalmando meu espírito. A conclusão deste trabalho é um reflexo do quão bom é estar no centro de sua vontade.

Sou profundamente grata por todas as vitórias recebidas e por ter a certeza de que nunca estarei sozinha em minha jornada. Obrigada por todo espírito de encorajamento para seguir em frente e pela sabedoria que me ajudou a superar todos os obstáculos.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio de toda uma vida. Quero aproveitar este momento para agradecer de coração a cada um de vocês pelo apoio e carinho que me proporcionaram durante a conclusão desta dissertação, pela paciência, compreensão e incentivo. A minha mãe, meu maior exemplo de mulher e força, meu irmão Djalma Neto, que nunca mediu esforços para me ajudar, minha afilhada Giovana, que sempre esteve me socorrendo com suporte em “TI”, meu namorado Mario Cesar sempre presente e me apoiando em todos os momentos vocês foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

A conclusão deste trabalho é um marco importante em minha trajetória de vida, e não poderia ter chegado a esse ponto sem o amor e o cuidado de todos vocês.

Obrigada por acreditarem em mim e por me ajudarem a enfrentar esse desafio. agradeço por cada palavra de incentivo e por toda a compreensão que me foi ofertada.

Ao meu grande amigo e mentor Desembargador Mauro Campello, sem você esse sonho não teria nem começado, pois tudo partiu de uma ideia sua e naquela salinha de estudos da UFRR construímos esse sonho, muito obrigada, jamais esquecerei de seus conselhos e todos os ensinamentos.

A todos os nossos professores que contribuíram e enriqueceram nossos conhecimentos ao decorrer da nossa vida acadêmica, em especial ao meu orientador Flávio Corsini, que sempre se fez presente, prestativo e atencioso, dedicando-se a pesquisa até nos seus dias de folga, me respondendo fora de expediente, aos fins de semana, muito obrigada pela sua dedicação, por todas as discussões enriquecedoras e pela paciência ao longo deste percurso. Estou realmente grata por ter tido a oportunidade de contar com sua ajuda e compartilhado de seu vasto conhecimento.

As minhas colegas de mestrado, que muitas tornaram-se amigas que levarei para vida, obrigada por dividir as “aflições” do cotidiano acadêmico, fazendo com que as “obrigações eruditas” ficassem mais leves. Aos alunos que participaram da pesquisa, que contribuíram para a efetivação do trabalho. E a todos que direta e indiretamente fizeram parte da nossa formação, meu mais profundo obrigada.

## RESUMO

A ocorrência de gravidez durante a fase escolar é um tema complexo e multifacetado, com potenciais impactos significativos no desenvolvimento educacional e pessoal dessas adolescentes. Uma das principais preocupações é que essas jovens enfrentam obstáculos para continuar seus estudos, seja pelo estigma social, pela falta de apoio e recursos ou por dificuldades financeiras. O problema central reside na elevada incidência de adolescentes grávidas e nos efeitos dessa situação em suas trajetórias escolares e pessoais, reforçando ciclos de pobreza e exclusão social. Este estudo visa compreender as circunstâncias que contribuem para a gravidez na adolescência e suas consequências para as alunas, além de examinar as intervenções promovidas pelas escolas e pelas autoridades educacionais. O tema possui grande relevância para as áreas de educação e saúde públicas, pois a gravidez na adolescência está ligada ao abandono escolar, à perpetuação da pobreza e à vulnerabilidade social das jovens. A metodologia utilizada inclui a coleta de dados quantitativos, como o número de casos, combinada com uma abordagem qualitativa e análise documental dos registros da Divisão de Desenvolvimento Psicossocial Escolar (DIPSE) da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Roraima. A pesquisa adota o método documental, e a análise de conteúdo é a técnica central para interpretar os dados obtidos. Adicionalmente, o estudo pretende contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, que ajudem a mitigar os efeitos da gravidez na adolescência. Os resultados apontam que esse fenômeno é complexo, influenciado por fatores sociais, econômicos e educacionais. Evidencia-se a necessidade de intervenções integradas, incluindo educação sexual nas escolas, apoio familiar e acesso a serviços de saúde, para reduzir as taxas de gravidez entre adolescentes e promover o bem-estar das jovens.

**Palavras-chave:** Gravidez na adolescência; Educação Sexual; Prevenção.

## ABSTRACT

The occurrence of pregnancy during school years is a complex and multifaceted issue with potentially significant impacts on the educational and personal development of adolescent girls. One of the main concerns is that these young women face barriers to continuing their studies due to social stigma, lack of support and resources, or financial difficulties. The central issue lies in the high incidence of pregnant adolescents and the effects of this situation on their educational and personal trajectories, reinforcing cycles of poverty and social exclusion. This study aims to understand the circumstances that contribute to teenage pregnancy and its consequences for female students, as well as to examine the interventions promoted by schools and educational authorities. The topic holds considerable relevance for public education and health, as teenage pregnancy is linked to school dropout, the perpetuation of poverty, and social vulnerability among young women. The methodology used includes collecting quantitative data, such as the number of cases, combined with a qualitative approach and document analysis of records from the Division of School Psychosocial Development (DIPSE) within the State Department of Education of Roraima. The research adopts a documental method, with content analysis as the primary technique for interpreting the data obtained. Additionally, the study seeks to contribute to the development of more effective public policies that help mitigate the effects of teenage pregnancy. The findings indicate that this phenomenon is complex, influenced by social, economic, and educational factors. There is a clear need for integrated interventions, including sexual education in schools, family support, and access to health services, to reduce teenage pregnancy rates and promote the well-being of young women.

**Keywords:** Teenage pregnancy; Sex Education; Prevention.

## LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas  
Técnicas CAF - Banco de  
Desenvolvimento da América Latina  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior DIPSE - Divisão de Desenvolvimento  
Psicossocial Escolar  
DST - Doença Sexualmente  
Transmissível ECA - Estatuto da  
Criança e do Adolescente  
Esalq/USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de  
São Paulo Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LES - Departamento de Economia, Administração e  
Sociologia OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONU - Organização das Nações  
Unidas PCN - Parâmetros  
Curriculares Nacionais PEP -  
Partnership for Economic Policy  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra  
de Domicílios PPGE - Programa de Pós-  
Graduação em Educação SOE - Serviço  
de Orientação Educacional  
SUS - Sistema Único de  
Saúde UBS - Unidade  
Básica de Saúde  
UNFPA - Fundo de População das  
Nações Unidas SEED- Secretaria  
Estadual de Educação e Desporto RR-  
Roraima

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Casos de Gravidez na Adolescência em escolas de Roraima .....	39
Gráfico 2 - Faixa etária das alunas grávidas da rede estadual de ensino .....	422
Gráfico 3- Com quem residem as estudantes grávidas mapeadas na pesquisa.....	444
Gráfico 4 -Aprendizado sobre sexualidade .....	477
Gráfico 5 - Conhecimento sobre contracepção .....	500
Gráfico 6 - Conhecimento sobre comportamento sexual de risco .....	544
Gráfico 7 - Importância do Sexo.....	566
Gráfico 8- Mudanças na Adolescência.....	577
Gráfico 9- Participação em cursos de orientação sexual .....	5959
Gráfico 10 -- Responsáveis pela Educação Sexual dos Adolescentes .....	611
Gráfico 11- Motivos da gravidez na adolescência.....	633
Gráfico 12 - Mudanças por conta da gravidez.....	655
Gráfico 13 - Alteração no relacionamento com a gravidez.....	677
Gráfico 14 - Reações familiares por conta da gravidez adolescente.....	69
Gráfico 15- Ocupação trabalhista na época da gravidez.....	711
Gráfico 16 – O impacto da Gravidez na vida adolescente .....	733
Gráfico 17 - Avaliação das ações escolares .....	755

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 A GRAVIDEZ DE MENINAS ADOLESCENTES E SUA REPERCUSSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	16
2.1 BASES CONCEITUAIS E LEGAIS.....	17
2.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA .....	20
2.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA .....	21
2.4. IMPLICAÇÕES DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	24
2.5 PREJUÍZOS À FORMAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL .....	27
2.6 IMPLICAÇÕES NO CICLO DE POBREZA.....	30
3 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	33
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	33
3.2 TÉCNICA DE ANÁLISE.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: AS IMPLICAÇÕES DA GRAVIDEZ NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES EM ESCOLAS DE BOA VISTA – RR.....	36
4.1 FAIXA ETÁRIA .....	41
4.2 COM QUEM RESIDEM.....	43
4.3 APRENDIZADO SOBRE SEXUALIDADE.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	79
REFERÊNCIAS .....	82

## INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é um tema sensível, relacionado a diversos fatores, pois é nesse período que ocorre a construção social e identitária do indivíduo. Quando a gravidez ocorre nessa fase, ela traz consigo uma série de desafios, pois implica a atribuição de responsabilidades que exigem maturidade e condições estruturais adequadas. A gravidez na adolescência sempre me chamou a atenção, pois, durante a minha adolescência, observei várias meninas que engravidaram enquanto ainda estavam na escola, tendo suas vidas completamente transformadas. No entanto, eu não conseguia entender o motivo de esse assunto ser raramente abordado na escola, nem por que essas meninas, muitas vezes, deixavam de estudar ou até se isolavam durante o recreio. Inquietações como essas me trouxeram até aqui.

A temática dos Direitos Humanos, dos vulneráveis, das crianças e adolescentes sempre foi de interesse da pesquisadora, pois, a formação acadêmica em Direito me possibilitou desde o início da vida acadêmica esse contato mais direto. Estudar de uma forma mais aprofundada essa temática, além de ampliar os conhecimentos tem contribuído para sociedade como um todo.

Segundo estudos do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021), embora o Brasil tenha apresentado uma queda nos índices de gravidez na adolescência nos últimos anos, o país ainda está acima da média mundial. O Brasil registra altas taxas de gravidez, especialmente nas faixas etárias mais jovens. O relatório da UNFPA (2021) aponta que, anualmente, mais de 19 mil nascidos vivos são registrados de mães com idades entre 10 e 14 anos. Diante desses números, o UNFPA destaca a importância da informação e da educação integral em sexualidade como ferramentas essenciais para a prevenção da gravidez na adolescência e para a necessidade de discutir as violências e abusos que afetam crianças e adolescentes.

Um estudo realizado pela Fundação Abrinq (2019) aponta que a gravidez na adolescência contribui diretamente para a perpetuação da pobreza e da vulnerabilidade social, devido aos impactos negativos na continuidade da educação das mães, comprometendo seu desenvolvimento pessoal e profissional. Tanto em Roraima quanto no Acre, os dados mostram que 7,2% das mães adolescentes nunca frequentaram a escola. Segundo o relatório, a Região Norte do Brasil apresentou o maior percentual de nascidos vivos com mães menores de 19 anos, com 23,7%. O Nordeste vem em segundo lugar, com 20%, seguido pela Região Centro-Oeste, com

15,5%. Já o Sudeste e o Sul registraram percentuais de 13,3% e 13,1%, respectivamente.

Outra situação preocupante é a evasão escolar, que se refere à interrupção dos estudos. Isso pode ocorrer por diversos fatores, como a necessidade de cuidar do bebê, a falta de apoio financeiro e social, o estigma e a discriminação, além da escassez de recursos e de programas de apoio para jovens grávidas nas escolas, entre outros. A evasão escolar decorrente da gravidez na adolescência pode gerar consequências a longo prazo, como dificuldades para conseguir emprego, salários baixos e uma maior probabilidade de viver em situação de pobreza. Por isso, é fundamental oferecer apoio e recursos que garantam que as adolescentes grávidas possam continuar seus estudos e ter a oportunidade de levar uma vida plena e bem-sucedida.

Estudos realizados pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF, 2019) indicam que 36% dos casos de evasão escolar entre meninas podem ser atribuídos à gravidez na adolescência ou à maternidade precoce. Esses estudos ressaltam o impacto significativo que a gravidez na adolescência pode ter na vida escolar de meninas, afetando sua capacidade de participar plenamente da escola, concluir seus estudos e preservar sua saúde e bem-estar.

O objetivo geral deste estudo é investigar os fatores socioeconômicos, culturais e educacionais que contribuem para a incidência de gravidez na adolescência nas escolas estaduais de Boa Vista, Roraima, com o intuito de compreender os impactos dessa realidade na trajetória educacional e na vida pessoal das alunas. Os objetivos específicos são: Identificar os principais fatores que levam à gravidez na adolescência entre as alunas das escolas estaduais de Boa Vista, Roraima; Examinar as consequências da gravidez na adolescência na continuidade educacional das alunas, incluindo taxas de abandono escolar e desempenho acadêmico; e Avaliar a percepção das adolescentes grávidas sobre o apoio recebido da escola e dos serviços de saúde, além de como esse apoio influencia suas decisões quanto à continuidade dos estudos.

Com o intuito de pesquisar e compreender mais sobre essa realidade nas escolas de ensino médio da rede estadual, utilizamos como método a abordagem mista, quali-quantitativa. Trata-se de uma pesquisa que apresenta análise documental que tem como base o levantamento da legislação pertinente à problemática, tendo

como período os três anos.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

Para a realização deste estudo, foi feito um levantamento de teses e dissertações em dois níveis: nacional e local, destacando-se os estudos científicos mais relevantes sobre a temática pesquisada. Conforme Köche (2011, p. 131), “a forma mais proveitosa para se obter conhecimento é através da revisão da literatura pertinente ao tema que se propõe investigar. O objetivo da revisão da literatura é o de aumentar o acervo de informações e de conhecimentos do investigador com as contribuições teóricas já produzidas pela ciência para que, sustentando-se em alicerces de conhecimentos mais sólidos, possa tratar o seu objeto de investigação de forma mais segura”.

Seguindo essa perspectiva, buscou-se examinar pesquisas anteriores relacionadas à gravidez na adolescência e seu impacto na vida escolar de meninas adolescentes. O levantamento foi realizado nos bancos de teses e dissertações da CAPES, utilizando os descritores "gravidez na adolescência", "escola" e "gravidez na adolescência", o que resultou no quadro teórico apresentado.

De acordo com o levantamento, a maior recorrência com relação à temática foi encontrada na área de saúde com uma facilidade maior do que a educação, já que somente foram os que mais abordaram a temática de nossa pesquisa. Porém conseguimos subsídios em pesquisas nacionais que abordem nossa temática de pesquisa.

Decidiu-se por uma revisão seletiva da literatura para examinar atentamente o tema em estudo. Os destaques são para os resultados já detectados anteriormente que são relevantes ao tema da gravidez na vida escolar de meninas adolescentes.

## QUADRO 1- Trabalhos sobre Gravidez na adolescência

15

AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS- CHAVE	OBJETIVO(S)	ANO	EDITORA
Gilvanete de Araújo Oliveira.	A Gravidez na Adolescência no Contexto Escolar na Perspectiva de Gênero.	Gravidez na adolescência; Escola e Gênero.	Compreender a gravidez na adolescência no contexto escolar,	2018	UPE (Dissertação de Mestrado)
Deise de Souza Bernardo.	O Papel da Gravidez na Adolescência na Evasão Escolar.	adolescência; prevenção; gravidez na adolescência; evasão escolar; sequência didática.	Analisar a influência da gravidez na adolescência na evasão escolar.	2021	UFRJ (Dissertação de Mestrado)
Sandra Regina Rocha de Lima.	Educação Sexual, Gravidez na Adolescência e Relações de Gênero: Vozes de mães e	Educação Sexual; Gravidez na Adolescência; Maternidade e Paternidade;	Averiguar a percepção de mães e pais adolescentes sobre a educação sexual, a gravidez na	2020	UFMS (Dissertação de Mestrado)
Sarah Mendes de Oliveira	Gravidez na Adolescência: Relação Cultural.	gravidez na adolescência; maternidade; cultura	Compreender a percepção das gestantes adolescentes sobre o ato de engravidar na cidade de Uberlândia-MG.	2018	UFU (Dissertação de Mestrado)
Ciro Felix Oneti	Ensino de Ciências no Fundamental II (8º Ano): Análise no Livro Didático de Gravidez na Adolescência	Gravidez. Adolescente. Livro-didático. Análise	Acompanhar a história do ensino da sexualidade nas escolas brasileiras.	2020	UEA (Dissertação de Mestrado)
Guiomar Luciana Danieli	Adolescentes Grávidas: Percepções e Educação em Saúde	Adolescente; Gravidez na Adolescência; Educação em Saúde; Enfermagem	Compreender o significado da gravidez para adolescentes;	2010	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (Dissertação de Mestrado)

Fonte: elaborado pela autora (2024)

O levantamento bibliográfico de produção de pesquisa na temática da gravidez na adolescência. O quadro sintetiza os elementos que tem sido considerados nesses estudos com ênfase na questão da maternidade, que destaca-se pelas condições de imaturidade para o seu exercício e a problemática da discussão da educação sexual, ao sinalizar a ausência indicando a fragilidade dessas meninas para lher com essa situação. No geral a maioria dos estudos concentram-se nas regiões sul e suldeste, ainda que as pesquisas apontem para a maior incidência de casos nas regiões norte e nordeste. O estudo realizado buscou problematizar as questões econômicas e sociais da gravidez na adolescência e suas implicações na trajetória escolar dessas meninas.

A dissertação está estruturada em três partes distintas. Na primeira seção, buscamos proporcionar aos leitores uma compreensão das bases conceituais e legais que envolvem a situação da criança e do adolescente. Abordaremos, nesse contexto, temas como as bases conceituais e legais que regulam os direitos da criança e do adolescente no Brasil, a gravidez na adolescência, a importância da educação sexual nas escolas, as implicações da gravidez precoce, os prejuízos à formação escolar e profissional, e a relação desses fatores com o ciclo de pobreza. A segunda seção é dedicada a apresentar o percurso metodológico utilizado na pesquisa. A terceira e última parte do estudo tem por objetivo apresentar os resultados e discussões, com foco nas implicações da gravidez na educação escolar de adolescentes em escolas de Boa Vista – RR.

Ao final desta dissertação, concluímos que a gravidez na adolescência continua sendo um desafio significativo no contexto educacional de Boa Vista, Roraima. Identificamos que esforços conjuntos são essenciais para criar um ambiente educacional que apoie as jovens, prevenindo a gravidez não planejada e assegurando que aquelas que engravidem possam continuar seus estudos, garantindo, assim, a construção de um futuro melhor.

## **2 A GRAVIDEZ DE MENINAS ADOLESCENTES E SUA REPERCUSSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Neste capítulo, buscamos proporcionar aos leitores uma compreensão sobre as bases conceituais e legais que envolvem a situação da criança e do adolescente. Abordaremos, assim, os seguintes temas: as bases conceituais e legais que regulam os direitos da criança e do adolescente no Brasil, considerações sobre a gravidez na adolescência, a importância da educação sexual nas escolas, as implicações da gravidez precoce, os prejuízos à formação escolar e profissional, bem como a relação entre esses fatores e o ciclo de pobreza.

### **2.1 BASES CONCEITUAIS E LEGAIS**

Há uma diferença conceitual entre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação ao período da adolescência. Para a lei brasileira, a adolescência é definida como o intervalo entre 12 e 18 anos, enquanto a OMS considera que a adolescência abrange os 10 aos 19 anos. Com o advento da Constituição de 1988, os direitos da criança e do adolescente ganharam nova roupagem, abordando a proteção infanto-juvenil de forma extensiva e determinando a elaboração de leis infralegais. Além disso, impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de proteção solidária, com absoluta prioridade.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 23).

Logo, a Constituição adotou um entendimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, visando uma formação humana integral. A Constituição Federal estabelece, entre os objetivos fundamentais, a garantia do desenvolvimento social, que inclui a educação, a segurança e a proteção à maternidade e à infância.

Portanto, o direito à educação deve ser compreendido de forma mais ampla,

indo além do conhecimento das práticas de leitura, escrita e cálculos, restritos ao campo intelectual. É necessário desenvolver conjuntamente o campo social como um projeto de humanização, permitindo que a criança ou o adolescente adquiram conhecimento sobre seus direitos e deveres de forma igualitária. A omissão da sociedade ou do Estado, ao não estabelecer ou não executar políticas públicas sociais, “pode efetivamente determinar situações concretas de ameaças e/ou de violência aos direitos individuais e às garantias fundamentais destinadas à criança e ao adolescente” (Ramidoff, 2012, p. 65).

Em 1990, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sob a égide do art. 227, inciso I, § 8º da Constituição Federal de 1988. Com essa legislação complementar, crianças e adolescentes deixam de ser meros sujeitos nas relações sociais e familiares, passando a ser considerados sujeitos de direitos civis, humanos e sociais. Conforme previsto no Art. 15, a criança e o adolescente “[...] têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

Por meio desse dispositivo, é possível verificar que crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, com todos os direitos constitucionais e infraconstitucionais garantidos, com a particularidade de se considerar o processo de desenvolvimento do ser humano em formação física, mental, moral, espiritual e social.

A proteção à criança e ao adolescente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem fundamentação na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos tratados internacionais e no Código Penal. Podemos afirmar, resumidamente, que o ECA prevê o direito à educação para crianças e adolescentes, enquanto a LDB define como o Estado deve oferecer esse direito ou autorizar entidades e empresas a fazê-lo, “pois tanto instituições públicas quanto privadas estão sujeitas às mesmas regras estabelecidas na Constituição e nas leis” (Moraes, 2016, p. 3).

Em seu Art. 26 e parágrafo 9º, a LDB define que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade,

da cultura, da economia e dos educandos.

§ 9º. Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado (BRASIL, 1996, p. 11).

Para fins deste estudo foi preciso buscar definir as categorias que são fundamentais para dar a sustentabilidade teórica ao objeto de pesquisa. Dessa maneira, os estudos sobre adolescência, gravidez na adolescência e educação sexual.

O conceito de adolescência aparece tardiamente na cultura ocidental, no início do século XX. No entanto, antes que se possa referir a um sujeito adolescente, é possível observar algumas marcas iniciais que começam a delinear a diferença entre gerações e a inaugurar esse novo lugar ou “sentimento” no laço social. Há controvérsias a respeito do surgimento histórico do conceito. Essas controvérsias podem ser atribuídas à complexidade semântica do termo, que, por se referir a aspectos psicológicos e sociais, é influenciado pelas transformações de nossa civilização. Outra questão recorrente entre os autores é que alguns consideram a juventude como uma categoria social, enquanto a adolescência seria uma operação psíquica. A adolescência, portanto, seria um fenômeno de dupla face, com o social e o psíquico constituindo duas faces da mesma moeda. Ao surgir como conceito, a adolescência incorpora discursos culturais relacionados à juventude, e os dois conceitos passam a se articular diretamente. Ou seja, as construções sobre a juventude delinham o que é ser adolescente, e as construções sobre a adolescência participam da definição do que é ser jovem. (Moraes, Weinmann, 2020).

De modo geral os estudos apontam a adolescência como uma fase da vida que compreende um processo de maturação da identidade social, cultural e das questões relacionadas à identidade sexual. É uma fase de incertezas, curiosidades, experimentações. Logo, precisa de ser acompanhada pelos responsáveis e assistida com informações que possam colaborar nesse percurso. A presença da escola nessa trajetória é de suma importância, pois juntamente com a família, ela é uma das principais fontes de informação.

## 2.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Em todo o mundo, cerca de 16 milhões de meninas com idades entre 15 e 19 anos, além de dois milhões com menos de 15 anos, ficam grávidas anualmente. De acordo com Blum e Gates (2015), 90% dos nascimentos entre adolescentes de 15 a 19 anos ocorrem dentro do casamento. Além disso, o UNFPA aponta que um terço das mulheres entre 20 e 24 anos relataram ter se casado ainda na infância, ou seja, antes de completarem 18 anos. Caso essa tendência não seja revertida, estima-se que cerca de 39.000 casamentos infantis ocorrerão todos os dias até o final desta década, ou até 2020. Ainda segundo a SEDGH et al. (2015), níveis baixos de gravidez na adolescência podem servir como modelos para reduzir a incidência em outras regiões. Mesmo em locais onde os índices são baixos, os dados sobre a gravidez na adolescência podem revelar a necessidade de mais informações e serviços para ajudar os adolescentes a evitar gravidezes indesejadas.

Nesse sentido, as autoras estabeleceram três categorias para os dados coletados, caracterizados a partir das leis sobre aborto em cada país e que tipo de estatística apresentam. A partir da pesquisa das autoras Sedgh et al. (2015), compreende-se que as estimativas de alguns países que estão categorizados no item 3, com leis restritivas ao aborto, podem ter um número de abortos diferente do oficial, devido a clandestinidade da atividade.

Em acréscimo observa-se que:

As manifestações de exaltação das performances sexuais masculinas, da virilidade como atributo central da masculinidade heterossexual implicam quase sempre uma maior responsabilidade das mulheres na assunção dos cuidados contraceptivos. Se tal racionalidade não se efetiva, elas são punidas socialmente por uma gravidez não prevista, seja porque terão de enfrentar a gestação e a maternidade (sem desejarem naquele momento), um aborto inseguro ou o julgamento social daqueles que não compreendem as dificuldades inerentes ao controle de si, tomando-as por displicentes, negligentes ou “sem vergonha” (Brandão; Cabral, 2017, p.2).

Ainda abordando a questão da gravidez na adolescência, Diaz e Fiel (2016) destacam que há uma heterogeneidade em relação ao ambiente em que a adolescente vive, bem como outras características que podem influenciar suas vantagens ou desvantagens sociais. Roberts e Charlton (2018) complementam afirmando que adolescentes pertencentes a grupos de minorias sexuais, como

lésbicas e bissexuais, têm cerca de duas vezes mais chances de engravidar na adolescência em comparação com suas pares heterossexuais. Nesse contexto, as autoras identificam maus-tratos na infância e bullying como fatores de risco recorrentes entre as participantes de seu estudo.

Outro aspecto importante sobre a gravidez na adolescência é que ela evidencia a prática de relações sexuais inseguras entre os jovens. A gravidez é uma consequência comum do sexo desprotegido, assim como a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). O relatório da Ação Global Acelerada para a Saúde de Adolescentes (AA-HA!) da ONU revela que a AIDS foi a oitava principal causa de morte entre adolescentes. Além disso, estima-se que cerca de 250 mil jovens tenham sido diagnosticados com HIV em 2015. No entanto, o relatório também aponta que os dados sobre outras DSTs são inconsistentes, dificultando a formulação de ações globais efetivas, uma vez que informações segmentadas por idade, sexo e outros fatores estão atualmente inacessíveis.

Quanto às complicações maternas, o relatório indica que globalmente cerca de 11% dos nascimentos são realizados por meninas entre 15 e 19 anos, com uma taxa de mortalidade associada de 10 óbitos por 100 mil adolescentes em 2015. Essas mortes são frequentemente atribuídas a hemorragias, sepse, problemas hipertensivos, obstruções no trabalho de parto, complicações decorrentes de abortos e de AIDS, entre outras causas.

### 2.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Em primeiro lugar, é necessário compreender que a educação sexual, enquanto conhecimento sobre a sexualidade, tem o poder de transformar comportamentos. Ao diferenciar os aspectos dessa educação, o pesquisador destaca a importância da educação informal, aquela promovida por instituições como a igreja e outros grupos sociais. Segundo o autor, essa forma de educação pode influenciar os indivíduos, levando-os a adotar atitudes imitativas. (Silva, J. R, 2018).

Observa-se que:

A intervenção pedagógica deve ser não-diretiva em relação ao comportamento dos alunos, buscando informar e problematizar questões da sexualidade, ressaltando o trabalho a partir das posturas, das crenças, dos tabus e dos valores a ela associados, o que garante o espaço de formação dos educandos e não apenas a veiculação de informações. Prevê que o professor se prepare para a intervenção prática mediante leituras e discussões e tenha um espaço grupal de supervisão continuada e sistemática que possibilite uma reflexão sobre essa prática e sobre seus próprios valores e limites, o que o ajudará a ampliar sua consciência em relação à sexualidade e à visão de mundo, além de assumir uma postura ética na sua atuação (Silva e Neto, 2006, p. 186-187).

O termo orientação sexual, segundo Diniz e Asinelli-Luz (2007) refere-se ao direcionamento do afeto no exercício da sexualidade em relação a outro sujeito. Nesse sentido, não cabe à educação "orientar" a sexualidade, pois a orientação sexual do sujeito é uma construção histórico-cultural, de sua livre escolha e resultado de suas vivências singulares, que devem ser respeitadas pela escola. Sobre as possíveis intervenções da educação na sexualidade, o termo educação sexual é o mais adequado.

Educação sexual não significa apenas passar informações sobre sexo. Significa também transmitir valores sobre anatomia e psicologia da reprodução humana e demais aspectos do comportamento relacionados ao sexo. (Brasil, Ministério da Saúde, 2009).

Na escola, é essencial incorporar a "discussão sobre o corpo" ao discurso oficial, garantindo que esse tema não fique restrito a ambientes como pátios, ruas, televisão e discotecas. É fundamental reconhecer a presença do corpo do(a) educador(a), o que inclui sua sexualidade, identidade sexual, história, valores e estereótipos. A educação, independentemente do contexto ou formato que assumir, não deve se limitar a uma parte da população. Todos os envolvidos na questão da gravidez na adolescência devem também participar ativamente da busca por soluções para esse desafio (Oliveira, 2018).

Segundo Dinis e Ansinelli-Luz (2007), a inclusão do tema da sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil tornou-se obrigatória, o que significa que deve ser abordado como um tema transversal. Isso implica que a sexualidade não é mais uma questão restrita às aulas de Biologia, podendo ser explorada em diversas disciplinas do currículo sob uma perspectiva culturalista. Essa abordagem requer a discussão de todos os aspectos da sexualidade e destaca a importância de incluir

esse tema nos cursos de formação de professores, preparando-os para resistir a discursos normativos relacionados ao corpo, gênero e sexualidade.

A educação sexual é um assunto que deve ser discutido e trabalhado na escola, visto sua importância e necessidade. Contudo, ainda há fatores que acabam dificultando os debates em torno desse assunto, sendo fundamental quebrar as barreiras através da educação, sensibilizando a todos que fazem parte do desenvolvimento da criança, como os familiares e a escola, de maneira contínua, de acordo com a realidade vivenciada, englobando todos os fatores presentes na vida da criança (Heilborn, 2006).

Segundo Guimarães (2006), conceituada como multidisciplinar e integradora, enquanto parte dos currículos escolares, a educação sexual tem objetivos gerais e específicos, construídos com amplitude e flexibilidade, os quais devem ser construídos conforme as necessidades dos envolvidos, apresentados de maneira gradual aos diferentes estágios de desenvolvimento dos alunos.

Todos sabem o quanto se evoluiu no campo da educação sexual (...) Se quisermos pensar naquilo que está por ser feito, podemos afirmar que ainda está em processo de implantação a educação sexual brasileira, pois se apresenta mais em nível de projetos do que por uma decisão da administração pública nacional (...) em termos de construção e enraizamento dos conhecimentos relativos à educação sexual, ainda estamos abrindo picadas (...) projetos são formas de ensaios (...) para se criticar a realidade, são modos de busca de significados novos (...) são caminhos para desmontar os estereótipos e outras formas acabadas de fazer valer o pensamento, as estruturas e o poder (Guimarães, 2006, p. 28).

Efetivar a educação sexual, no sentido de colocá-la em prática, certamente favorece o desenvolvimento de milhões de crianças, adolescentes e jovens que futuramente saberão trabalhar de maneira mais clara suas relações pessoais e afetivas, podendo atingir ao autoconhecimento e compreender melhor, por exemplo, as questões de gênero e identidade

contribuindo para uma sociedade menos preconceituosa, menos violenta e com menores índices de gravidez na adolescência.

Portanto, é possível perceber a importância da educação sexual na escola, e é por isso que há a necessidade de sensibilizar gestores e professores, em todos os níveis de ensino, para que ela aconteça. Silva e Neto (2006) colocam ainda que somente treinamentos e palestras não são suficientes para garantir o objetivo que se

quer alcançar: profissionais sensíveis ao tema e dispostos a essa abordagem de maneira sistemática, afinal, as experiências mostram que a maioria das dúvidas e das inseguranças só aparecem na ação, o que remete à necessidade de supervisão continuada e sistemática.

#### 2.4. IMPLICAÇÕES DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Durante a adolescência, os jovens vivenciam uma “crise de identidade” marcada por transformações físicas, emocionais, sociais e cognitivas, muitas das quais são impulsionadas por mudanças hormonais. Nesse período, é comum que os adolescentes se distanciam da família e busquem se conectar com grupos com os quais se identificam, como parte do processo de construção da identidade e na busca por aceitação social (Pfromm Netto, 1976; Sanchez et al., 2012).

Essa fase é caracterizada por significativas mudanças corporais, onde a puberdade provoca transformações físicas e desperta novos impulsos e fantasias. A intimidade com o sexo oposto tende a se intensificar, enquanto o futuro imediato se apresenta repleto de possibilidades e escolhas muitas vezes conflitantes (Erikson, 1968; Quiroga et al., 2013). Assim, este período de transição é complexo e multifacetado, demandando uma análise que leve em consideração a interação entre os diversos fatores que influenciam o desenvolvimento dos adolescentes. As ações e comportamentos adotados nesta fase refletem tanto a busca por independência quanto às incertezas que acompanham o amadurecimento para a vida adulta.

Nesse contexto, é fundamental discutir as possíveis implicações que uma gravidez pode trazer para a vida do adolescente, destacando aspectos como a evasão escolar, os impactos na formação escolar e profissional e os reflexos que isso pode ter no ciclo da pobreza. A gravidez na adolescência é um tema de grande relevância no Brasil, frequentemente associado a questões socioeconômicas e à responsabilidade sexual das jovens. Apesar das transformações socioculturais significativas pelas quais o país passou, as informações disponíveis sobre sexualidade ainda não são suficientes para reduzir de forma eficaz a incidência de gravidez entre adolescentes.

De acordo com dados do Fundo de População das Nações Unidas (2017), o Brasil ocupa a sétima posição entre os países da América do Sul com a maior taxa de gravidez na adolescência, ao lado de Peru e Suriname, com uma taxa de 65 gestações para cada mil meninas de 15 a 19 anos. Essa realidade configura a gravidez na adolescência como um grave problema de saúde pública no país, visto que uma em cada cinco gestantes é adolescente. O relatório do Fundo de População da ONU destaca o atraso do Brasil na prevenção desse tipo de gravidez, situação que é agravada por um contexto persistente de desigualdades sociais e econômicas que precisam ser abordadas urgentemente.

O início precoce da atividade sexual, combinado à falta de informação adequada e à carência de suporte psicológico e social, contribui para o aumento dos riscos de gravidez na adolescência. Diversos fatores estão interligados a essa questão, incluindo desestruturação familiar, baixa escolaridade, uso inadequado ou ausência de métodos contraceptivos, além de uma sociedade que, embora estimule a sexualidade e a erotização, não oferece o suporte necessário para lidar com as consequências, como a gravidez não planejada (SAITO; LEAL, 2013).

Sob o ponto de vista biológico, a gestação na adolescência apresenta riscos elevados, uma vez que o corpo da jovem muitas vezes ainda não alcançou a maturidade necessária para a gestação, aumentando a probabilidade de complicações, como abortos espontâneos, hipertensão e eclâmpsia. Em termos emocionais, a adolescente pode enfrentar crises de depressão e ansiedade, que impactam significativamente sua vida e diminuem suas perspectivas futuras. Estatísticas nacionais de 2015 revelam a gravidade do problema, com índices preocupantes de gravidez entre adolescentes, sublinhando a necessidade de intervenções mais eficazes e abrangentes.

A gravidez na adolescência está associada a um aumento significativo na evasão escolar. Silva (2017) discute as dificuldades em identificar, definir e classificar a evasão escolar, ressaltando os desafios enfrentados na coleta de dados, na definição de metodologias de pesquisa e na localização de jovens que já abandonaram a escola. Entre 2007 e 2010, aproximadamente 25% dos alunos do ensino médio abandonaram os estudos, e, em 2015, os índices permaneceram alarmantes. O estudo também revela uma alta taxa de evasão entre aqueles que

concluíram o ensino fundamental, mas não ingressaram no ensino médio. Em 2010, dos 31 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, apenas 8 milhões estavam matriculados no ensino médio, representando cerca de 30% dos adolescentes que deveriam estar cursando essa etapa (Silva, 2017).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Educação 2019, realizada pelo IBGE, apresentou dados sobre a evasão escolar, revelando que 20,2% das 50 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos não completaram alguma etapa da educação básica, em parte devido à evasão ou à falta de frequência escolar. Dentre esses indivíduos, 71,7% eram pretos ou pardos. A pesquisa identificou um aumento significativo na taxa de evasão durante a transição do ensino fundamental para o ensino médio, que dobrou de 8,1% aos 14 anos para 14,1% aos 15 anos, chegando a 18,0% aos 19 anos ou mais (IBGE, 2020).

Ainda segundo a PNAD, as principais razões para a evasão incluem a necessidade de ingressar no mercado de trabalho (39,1%), falta de interesse (29,2%), gravidez precoce (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%) entre as mulheres. Em 2019, o atraso ou evasão escolar atingiu 12,5% dos adolescentes entre 11 e 14 anos, 28,6% entre 15 e 17 anos, e 75% entre 18 e 24 anos. Além disso, a taxa de analfabetismo foi de 6,6%, correspondendo a 11 milhões de pessoas (IBGE, 2020).

França e Souza (2021) analisam a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, propondo ações didático-pedagógicas para prevenir o abandono escolar. Eles enfatizam a importância do engajamento dos gestores escolares e a implementação de um plano pedagógico que leve em consideração o perfil dos alunos. Os autores sugerem que é crucial compreender a relação entre taxas de abandono e gênero, além de realizar uma análise comparativa das medidas preventivas e intervenções para avaliar seu impacto no abandono escolar. Os dados coletados indicam que fatores externos à escola, como trabalho e problemas familiares, são mais determinantes para a evasão do que os fatores internos, ressaltando a necessidade de uma abordagem educacional que reconheça as diversas formas de subsistência dos estudantes além do trabalho assalariado.

A evasão escolar representa um desafio tanto para instituições públicas quanto privadas, sendo que, nas escolas privadas, um dos fatores preponderantes é o custo

elevado das mensalidades. Existem várias metodologias disponíveis para identificar o tipo e a frequência da evasão, que podem ser aplicadas em diferentes contextos escolares. Entre as ações recomendadas para compreender e sistematizar o fenômeno da evasão estão a identificação dos períodos e anos escolares com maior incidência de abandono, a análise quantitativa da relação entre o número de alunos matriculados e os que evadem, além da identificação das principais causas desse abandono (Silva, 2017).

Portanto, ao discutir a gravidez na adolescência, é essencial considerar como a jovem gestante enfrenta a permanência na escola, conciliando os estudos e a gestação. Nesse sentido, é relevante investigar a possível relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar.

## 2.5 PREJUÍZOS À FORMAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

No contexto educacional, é comum que jovens que se tornam mães durante a adolescência sintam a necessidade de abandonar os estudos para ingressar no mercado de trabalho. A imposição precoce das responsabilidades da vida adulta é frequentemente mal recebida, e uma vez fora da escola, é difícil para esses jovens retornarem aos estudos. Ao assumir responsabilidades familiares, como casamento e filhos, o jovem tende a se dedicar exclusivamente ao trabalho devido às pressões financeiras. Infelizmente, muitos não conseguem retornar à sala de aula, e, quando o fazem, geralmente é muitos anos depois, em busca de um diploma.

As jovens mães, especialmente aquelas de classes econômicas baixas, frequentemente se veem forçadas a interromper os estudos para cuidar do filho recém-nascido, pois, devido a limitações financeiras, não há quem possa cuidar da criança. As famílias desses jovens, comprometidas com o sustento do lar, não conseguem oferecer o apoio necessário. Muitas vezes, a jovem mãe precisa trabalhar para ajudar nas despesas domésticas. Assim, a gravidez na adolescência se torna um fator significativo que contribui para o aumento das taxas de abandono escolar.

A influência das mídias sobre os adolescentes é marcante, promovendo tendências e moldando identidades. No entanto, segundo Fujimori (2009), a

erotização precoce incentivada pela mídia contribui para que a atividade sexual comece em idades mais jovens. Na ausência de conhecimento sobre práticas contraceptivas, isso pode resultar em gravidez indesejada. Gomes et al. (apud Silva, 2011) observam que a diminuição da idade média da menarca e o início precoce da vida sexual estão intimamente relacionados à gravidez na adolescência, juntamente com a falta de informação e acesso a métodos contraceptivos. Esses fatores são mais prevalentes em classes socialmente desfavorecidas, onde a gravidez precoce ocorre com maior frequência, resultando frequentemente em abandono escolar e dificultando a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

Reis (2009) destaca que a gravidez na adolescência é um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores econômicos, biológicos, psicológicos e sociais, criando um ciclo que se inicia com condições socioeconômicas inadequadas e culmina em dificuldades econômicas e na interrupção dos estudos. A maioria das gestações nessa faixa etária não é planejada e muitas vezes ocorre pela falta de acesso a métodos contraceptivos. Friedman e Phillips (1981) indicam que a combinação da gravidez com a imaturidade emocional das adolescentes pode levar a alterações psicológicas significativas, dificultando a adaptação à nova realidade de ser mãe.

Além disso, quando a gravidez ocorre de forma indesejada, os riscos para a saúde da mãe e do filho são elevados, especialmente quando a jovem ainda não atingiu a maturidade biológica necessária. Moreira et al. (2008) descrevem essa situação como uma transição abrupta, onde a jovem passa rapidamente de filha para mãe, enfrentando desafios em um momento em que ainda está em formação.

A responsabilidade associada à maternidade envolve cuidar, educar, amar e garantir o bem-estar do filho, que será dependente por muitos anos. No entanto, como apontam Moreira et al. (2008), muitas jovens mães estão despreparadas física, psicológica, social e economicamente para assumir esse novo papel, o que compromete sua capacidade de lidar adequadamente com essas responsabilidades, frequentemente levando ao abandono da escola e ao afastamento da família.

Em muitos casos, as jovens veem a gravidez na adolescência como uma forma de conquistar autonomia e escapar do controle rígido dos pais. Almeida (2019) observa que, para algumas adolescentes, a gravidez e o casamento são considerados meios de obter maior liberdade, especialmente em famílias onde o controle sobre a

vida sexual das filhas é menos rígido do que em gerações anteriores.

É importante considerar que, frequentemente, as jovens mães acabam assumindo sozinhas a responsabilidade de cuidar dos filhos, devido à alta taxa de abandono por parte dos pais adolescentes. Estudos sobre paternidade na adolescência, especialmente fora do Brasil, indicam que, apesar do apoio e atenção geralmente se concentrarem na mãe, a presença do pai também é crucial. Mundigo (1995) afirma que muitos homens desejam participar ativamente da vida familiar e que as práticas e representações masculinas são fundamentais para melhorar os resultados em áreas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, saúde infantil e planejamento familiar.

A evasão escolar decorrente da gravidez na adolescência é um fenômeno alarmante, especialmente prevalente entre adolescentes de baixa renda. Barnett et al. (2004) apontam que a interrupção dos estudos devido à gravidez gera consequências negativas não apenas para a jovem e seu filho, mas também para a sociedade em geral. Esse período é crucial para a inserção social da adolescente, pois, por meio do sistema educacional, ela tem a oportunidade de ascender economicamente.

Muitas adolescentes optam por abandonar a escola após engravidar, devido ao desconforto com sua nova condição. Essa decisão pode comprometer significativamente sua formação como profissional e cidadã. Siqueira e Tanaka (1986, p. 9) ressaltam que a interrupção, seja temporária ou definitiva, do processo de educação formal traz prejuízos à qualidade de vida da adolescente e reduz suas futuras oportunidades. Frequentemente, as adolescentes se afastam da escola devido à gravidez indesejada, motivadas por sentimentos de vergonha ou medo da reação dos colegas e da comunidade.

Rocha (2009) discute que essa situação é exacerbada pela falta de serviços públicos, como creches, que poderiam permitir que as jovens mães continuassem seus estudos ou trabalhassem. Muitas vezes, essas adolescentes assumem responsabilidades domésticas, limitando ainda mais suas oportunidades educacionais. Além disso, é comum que os adolescentes, tanto pais quanto mães, precisem conciliar de forma ineficiente o trabalho com a necessidade de sustentar seus filhos, muitas vezes em detrimento da educação.

Dimenstein (apud Rocha, 2009) argumenta que a continuidade dos estudos

proporciona às jovens melhores perspectivas de vida, incluindo o desenvolvimento profissional. Além disso, a educação oferece mais informações sobre concepção e métodos de prevenção, o que tende a adiar a gravidez e a reduzir a incidência de doenças sexualmente transmissíveis. Portanto, manter as adolescentes na escola é uma estratégia fundamental para reduzir a gravidez não planejada.

Almeida (2019) observa que a literatura sobre gravidez na adolescência destaca um aspecto social relevante: a gravidez é frequentemente condenada por dificultar a continuidade da formação escolar e profissional da jovem mãe. Muitas vezes, essas mães adolescentes acabam abandonando ou interrompendo seus estudos, enfrentando assim maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e garantir o sustento de seus filhos, especialmente quando provêm de famílias com recursos limitados.

Em conclusão, a gravidez na adolescência representa um desafio significativo para a continuidade da educação das jovens, impactando não apenas suas trajetórias individuais, mas também suas perspectivas futuras de inserção no mercado de trabalho e de autonomia econômica. As múltiplas responsabilidades que a maternidade impõe, aliadas a fatores sociais, econômicos e à falta de apoio familiar e institucional, frequentemente levam à evasão escolar, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Para enfrentar essa questão complexa, é essencial que haja uma mobilização conjunta entre escolas, famílias e políticas públicas, promovendo ações que garantam suporte educacional e emocional às jovens mães. Investir em programas que ofereçam educação sexual, acesso a métodos contraceptivos e serviços de creche é fundamental para assegurar que as adolescentes possam conciliar suas responsabilidades maternas com a busca por um futuro educacional e profissional mais promissor.

## 2.6 IMPLICAÇÕES NO CICLO DE POBREZA

Uma vertente dos estudos sobre gravidez na adolescência relaciona este evento à perpetuação do ciclo da pobreza, que se manifesta em uniões instáveis, abandono escolar e falta de condições adequadas para a criação dos filhos. Esse fenômeno é considerado, por muitos pesquisadores, como um fator que acentua as

desigualdades sociais entre os adolescentes, contribuindo para a concentração da pobreza em áreas urbanas (Fustenberg, Levine & Brooks-Gunn, 1990). Desde os anos 1970, a gravidez na adolescência tem gerado preocupação em vários governos, sendo frequentemente abordada como um problema a ser eliminado, resultando em políticas que não necessariamente consideram os direitos de cidadania relacionados à saúde reprodutiva. Essa abordagem simplista ignora a complexidade da relação entre fecundidade e pobreza, especialmente em relação à educação.

O abandono escolar, muitas vezes causado pela pressão financeira, é exacerbado pela gravidez na adolescência. Jovens de baixa renda, ao precisarem trabalhar para ajudar no sustento familiar, interrompem seus estudos, criando um ciclo de evasão educacional. A realidade é que muitos adolescentes, ao engravidarem, encontram barreiras que dificultam sua permanência ou retorno à escola, exacerbando suas dificuldades de formação e potencial futuro.

Pesquisas indicam que a maioria das adolescentes que engravidam ainda está cursando o ensino fundamental ou médio, o que aumenta o risco de atrasos ou até mesmo a suspensão das atividades escolares. Este cenário, aliado ao fato de que muitos adolescentes não conseguem retomar seus estudos após o parto, resulta em um padrão intergeracional de baixa escolaridade e fecundidade elevada, perpetuando a pobreza (Rios-Neto, 2005). A visibilidade dada à mobilidade escolar ascendente é essencial, pois novas políticas podem ser desenvolvidas para promover igualdade e diminuir as desvantagens enfrentadas por esses jovens.

Refletir sobre a gravidez na adolescência implica também considerar as dificuldades enfrentadas por essas jovens para conciliar a maternidade com a continuidade de seus estudos (Rocha, 2009). Assim, é fundamental investigar a relação entre gravidez precoce e evasão escolar, a fim de criar políticas públicas que atendam as necessidades desses adolescentes e ajudem a mitigar as disparidades econômicas e sociais que enfrentam. Estudos realizados, como o de Kassouf (2020), revelam que mulheres que se tornam mães antes dos 20 anos têm uma redução salarial significativa e menor escolaridade em comparação com aquelas que não passaram por essa experiência.

Além disso, a pesquisa de Kassouf (2020), indica que a maior incidência de gravidez na adolescência ocorre entre mulheres com baixa escolaridade, o que aponta

para uma relação bidirecional entre educação e fecundidade. A implementação de políticas voltadas para a educação sexual é crucial para prevenir a gravidez na adolescência e reduzir os impactos socioeconômicos negativos enfrentados por essas mulheres. Essas intervenções devem abordar tanto os aspectos médicos quanto os econômicos da gravidez precoce, visando romper o ciclo da pobreza que muitos desses jovens enfrentam.

Em suma, a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar é complexa e multifacetada, exigindo uma abordagem integrada que considere as diversas dimensões sociais, econômicas e educacionais envolvidas. A interrupção dos estudos, frequentemente causada pela maternidade precoce, perpetua um ciclo de pobreza que afeta não apenas as adolescentes, mas também suas futuras gerações. É fundamental que as políticas públicas abordem essa problemática de forma abrangente, promovendo educação sexual adequada, apoio à permanência escolar e iniciativas que garantam os direitos das jovens mães. Somente assim será possível romper com as barreiras que dificultam o desenvolvimento social e econômico dessas mulheres, permitindo que elas tenham acesso a oportunidades que promovam a igualdade e o empoderamento.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Trata-se de uma pesquisa de caráter misto, qualitativa e quantitativa. Tashakkori e Teddlie (2003) esclarecem que esse método visa compreender os fenômenos a partir de uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2007) destaca que ela se concentra em questões particulares, pautadas em valores e atitudes sociais, desprovidas de conteúdo quantitativo, e é interpretada a partir da realidade vivida.

A pesquisa foi direcionada às Instituições de Educação de Nível Médio do município de Boa Vista, Estado de Roraima, com o objetivo inicial de investigar alunas do ensino médio que estivessem grávidas. No entanto, devido a contratempos com o Conselho de Ética – Plataforma Brasil, foi orientado que, por tratar-se de meninas em situação de vulnerabilidade, a análise fosse realizada a partir dos relatórios emitidos pelos Orientadores Educacionais.

É importante frisar que os dados apresentados neste estudo foram obtidos por meio de solicitação à SEED – Secretaria de Estado de Educação e Desporto. Com base na escuta e na identificação da situação, o orientador escolar elabora um relatório quantitativo que inclui informações sobre o número de casos, as circunstâncias associadas à gravidez e outras observações relevantes sobre o impacto na vida escolar da adolescente. Esses relatórios são enviados para a Divisão de Desenvolvimento Psicossocial Escolar (DIPSE), onde os dados são consolidados e analisados. A DIPSE utiliza essas informações para planejar intervenções e encaminhamentos necessários, como suporte psicológico, encaminhamento para serviços de saúde, entre outros. Os dados coletados são registrados em sistemas internos da DIPSE e utilizados para realizar os encaminhamentos necessários às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e outros serviços de apoio social e psicológico.

O instrumento utilizado para a coleta de dados nesta pesquisa foi um questionário estruturado com perguntas fechadas, que foi direcionado à Divisão de Desenvolvimento Psicossocial Escolar (DIPSE) da Secretaria Estadual de Educação. A DIPSE encaminhou o questionário ao setor de estatísticas, que é o responsável pelo levantamento e organização das informações das escolas estaduais de Roraima. O

foco da pesquisa foi a situação das alunas adolescentes grávidas matriculadas no Ensino Médio das escolas estaduais localizadas na capital Boa Vista, Roraima.

Vale destacar que os nomes das alunas e das escolas participantes não foram informados, em conformidade com a aplicação do questionário, que foi realizada por meio da DIPSE. Essa abordagem respeita a confidencialidade e a privacidade das estudantes, uma vez que o levantamento de dados foi feito com base em informações gerais, coletadas em levantamentos prévios realizados pela própria DIPSE. Essa metodologia visa garantir que as informações coletadas não identifiquem individualmente as alunas, mantendo o anonimato e o sigilo necessário para a integridade da pesquisa e a proteção dos dados pessoais das participantes.

### 3.2 TÉCNICA DE ANÁLISE

A análise de conteúdo foi a técnica utilizada para a concretização do percurso metodológico de pesquisa. Trata-se de uma técnica amplamente utilizada em pesquisas nas ciências sociais e humanas para examinar e interpretar o conteúdo de diferentes tipos de dados textuais, como entrevistas, documentos, discursos, artigos, posts em redes sociais, entre outros. Essa abordagem sistemática visa identificar padrões, temas, tendências, significados subjacentes e relações dentro do material analisado. A análise de conteúdo pode ser qualitativa, quantitativa ou uma combinação de ambas, dependendo dos objetivos da pesquisa.

A coleta de dados combina aspectos quantitativos (número de casos) e qualitativos (escuta qualificada e relatos das adolescentes). Isso permite uma compreensão mais holística do problema, indo além dos números para captar a realidade vivenciada pelas adolescentes.

A metodologia depende fortemente do papel dos orientadores escolares na identificação e apoio às adolescentes grávidas. Isso sugere que a qualidade e a precisão dos dados podem variar dependendo do grau de atuação e da formação desses profissionais.

Essa metodologia permite uma análise detalhada e contextualizada da situação das adolescentes grávidas nas escolas estudadas, fornecendo uma base sólida para

intervenção.

Para este estudo, foram obtidas informações da Divisão de Desenvolvimento Psicossocial Escolar (DIPSE) da Secretaria Estadual de Educação sobre 506 adolescentes grávidas, com o recorte de tempo entre 2018 e 2023. A idade mínima encontrada foi 13 anos e a máxima, 17 anos, com a média de 15 anos.

As adolescentes foco desta pesquisa estudam nas Unidades de Educação Estadual de Roraima, localizadas na capital Boa Vista. Os resultados analisados se referem a informações socioeconômicas obtidas nas unidades de ensino, no que diz respeito à situação dos estudantes e ao monitoramento feito pelos gestores das escolas. A pesquisa foca no acompanhamento da gravidez na adolescência dentro desse contexto escolar específico, coletando dados estatísticos e relatos para entender a realidade desses adolescentes e os impactos da gravidez em suas vidas educacionais e pessoais.

Portanto, as conclusões e análises feitas a partir desses dados estão limitadas ao contexto das escolas estaduais de Boa Vista, Roraima, não necessariamente refletindo a situação em outras regiões ou escolas do estado. A pesquisa traz à tona diversos aspectos relacionados ao acompanhamento dessas adolescentes, com ênfase nos impactos que a gravidez tem em suas vidas escolares e pessoais. O relatório da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituído pela Lei nº 13.798/2019, revelou que cerca de 18% dos brasileiros nascidos anualmente são filhos de mães adolescentes. Esse cenário indica que a fecundidade adolescente está em ascensão no país, o que demanda maior atenção às políticas públicas de prevenção e apoio às jovens gestantes.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: AS IMPLICAÇÕES DA GRAVIDEZ NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES EM ESCOLAS DE BOA VISTA – RR**

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) considera a gravidez como de risco para mulheres menores de 20 anos, sendo a principal causa de mortalidade entre jovens de 14 a 19 anos, devido a complicações relacionadas ao parto e abortos realizados em condições inseguras. Psicologicamente, muitos adolescentes não querem reconhecer que estão grávidas e, por isso, atrasam o início do pré-natal, o que aumenta a mortalidade materna (OMS, 2017).

Bretas (2015, p. 76) observa que "a fase mais acometida é a adolescência intermediária, por ser uma fase em que o ser humano atinge a maturidade sexual", o que explica o início de relacionamentos que podem resultar em gravidez não planejada. Segundo Cerqueira-Santos (2010), "a jovem que engravida antes dos 20 anos não está preparada porque não completou seu desenvolvimento físico", apresentando maior probabilidade de não concluir a educação, de repetir a gravidez antes de atingir a idade adulta e de viver na pobreza.

Nesse contexto, Rodrigues (2015, p. 56) destaca que "se a idade da mãe no primeiro parto fosse aumentada de 18 para 23 anos, o aumento demográfico poderia ser reduzido em mais de 40%". Esse dado ilustra como a gravidez na adolescência contribui para um ciclo de pobreza e crescimento populacional exacerbado.

A gravidez na adolescência é vivenciada de maneiras distintas, dependendo do ambiente sociocultural. As mães adolescentes têm maior probabilidade de abandonar o ensino médio, o que compromete sua capacidade de participar plenamente da sociedade, obter renda e cuidar de si mesmas e de seus filhos. Além disso, a gravidez na adolescência, quando não planejada, pode perpetuar a pobreza de uma geração para outra, dificultando a mobilidade social. Mulheres que iniciam a maternidade mais cedo tendem a ter mais filhos do que aquelas que iniciam mais tarde.

Portanto, a gravidez na adolescência não é restrita a uma classe social específica; ela ocorre em diferentes contextos socioeconômicos. Contudo, adolescentes em situações de vulnerabilidade social estão mais propensas a enfrentar dificuldades adicionais, como o abandono escolar e a falta de recursos para o cuidado dos filhos. Quando uma adolescente é identificada como grávida, os

encaminhamentos são realizados por meio de um sistema interno, direcionando-a para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) próximas às suas residências, onde recebe acompanhamento pré-natal e apoio psicológico. Além disso, há encaminhamentos para projetos de apoio, como o Projeto Colo de Mãe (Estadual) e o Projeto Família que Acolhe (Municipal), dependendo da situação socioeconômica da adolescente.

Os dados coletados para este estudo são de natureza estatística e cobrem diversos anos, incluindo o período antes, durante e depois da pandemia de COVID-19. Observou-se uma queda nos registros de gravidez na adolescência em 2020 devido à pandemia, mas o número de casos aumentou significativamente em 2022, com um total de 170 registros, o que aponta para uma tendência preocupante. A notificação dos casos é realizada dentro das escolas estaduais por meio do Serviço de Orientação Escolar (SOE). A professora orientadora identifica a demanda, realiza uma escuta qualificada e envia um relatório para a Divisão de Desenvolvimento Psicossocial Escolar (DIPSE), que é responsável pelo acolhimento.

O relatório do UNFPA (2013) recomenda a implementação de ações de empoderamento para que as adolescentes possam defender seus direitos, manter redes de apoio, permanecer na escola, planejar seu futuro e evitar o casamento precoce. A disseminação de informações sobre prevenção tem como objetivo evitar a propagação do HIV e a gravidez não planejada. Os programas sociais devem atuar preventivamente para garantir que a infância das adolescentes não seja interrompida pela maternidade precoce, proporcionando condições para que possam continuar sua formação e buscar um futuro melhor. Abaixo, apresentamos os dados relacionados à gravidez na adolescência nas escolas de Roraima, conforme os relatórios enviados pela Secretaria Estadual de Educação (SEED):

Tabela 1 - Dados sobre gravidez na adolescência nas escolas de Roraima

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE CASOS</b>
2018	Em 2018 foram registrados 115 novos casos de gravidez na adolescência
2019	Em 2019 foram registrados 119 casos de gravidez na adolescência
2020	Em 2020, houve um impacto significativo devido à pandemia de COVID-19, que resultou na ausência de registros.
2021	Com o retorno à normalidade, o número de casos aumentou para 27.
2022	Em 2022, houve um aumento significativo, com 170 casos registrados.
2023	Em 2023, os números diminuíram para 75

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Em 2018, o número de casos foi de 115, e em 2019, o número aumentou para 119, o que sugere uma tendência estável no registro de gravidezes na adolescência nas escolas do estado. Contudo, em 2020, um impacto considerável foi registrado devido à pandemia, o que resultou na ausência de novos casos registrados. Este fenômeno pode ser atribuído ao fechamento das escolas e ao distanciamento social, que limitaram a notificação e o acompanhamento das adolescentes grávidas. Com o retorno às atividades escolares presenciais em 2021, houve uma recuperação parcial dos registros, com um aumento para 27 casos, o que indica que, apesar da pandemia, o problema continuou presente, mas em uma escala menor. Em 2022, o número disparou para 170 casos, o que pode ser interpretado como um reflexo das dificuldades enfrentadas por adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além da possível falta de políticas públicas eficazes de prevenção e apoio. Esse aumento acentuado pode também indicar a retomada de atividades escolares de forma mais intensa e o incremento da visibilidade da questão nas escolas.

No ano de 2023, os números caíram para 75 casos, apresentando uma possível redução no impacto da gravidez na adolescência, o que pode ser resultado de ações mais eficazes de acompanhamento escolar, programas de prevenção e a continuidade dos projetos de apoio às gestantes adolescentes.

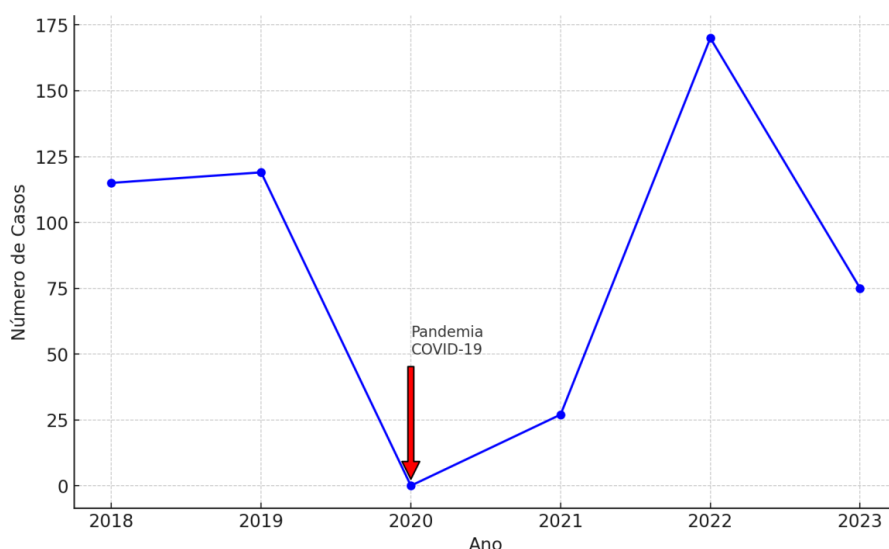
Esses dados indicam que, apesar das flutuações anuais, a gravidez na adolescência continua sendo uma questão relevante e preocupante nas escolas de

Roraima, exigindo um esforço contínuo das políticas públicas e das instituições de ensino para reduzir esses índices, além de proporcionar apoio adequado às adolescentes grávidas. O aumento significativo observado em 2022 destaca a necessidade de ações emergenciais para conter o ciclo da gravidez precoce e suas implicações no futuro educacional e socioeconômico desses jovens.

Portanto, os números apresentados destacam a necessidade de atenção contínua às questões relacionadas à gravidez na adolescência, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e diante de eventos disruptivos como a pandemia.

Ao verificarmos o Gráfico 1: Casos de Gravidez na Adolescência em Escolas de Roraima, torna-se nítido o aumento significativo dos registros em 2022, quando o número de casos saltou para 170, representando um crescimento alarmante em relação aos anos anteriores. Esse aumento pode ser interpretado como um reflexo de diversos fatores que influenciam diretamente as adolescentes em situação de vulnerabilidade social, como a falta de políticas públicas de prevenção, o retorno gradual à normalidade após a pandemia, além das dificuldades socioeconômicas vividas por grande parte dessas jovens.

Gráfico 1- Casos de Gravidez na Adolescência em escolas de Roraima



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, dados fornecidos pela SEED, (2024).

A partir dos dados apresentados, observa-se que em 2020, a ausência de registros de gravidez na adolescência pode ser atribuída ao impacto direto da

pandemia, que resultou no fechamento das escolas e na restrição do acesso ao sistema de saúde, além do isolamento social. A literatura sobre o impacto da pandemia na saúde escolar indica que, durante esse período, muitas questões de saúde foram negligenciadas, incluindo o acompanhamento adequado de gestantes adolescentes (Silva et al., 2021). O fechamento das escolas também comprometeu os programas de educação sexual e de orientação, essenciais para a prevenção da gravidez na adolescência.

No ano seguinte, 2021, com a retomada gradual das atividades presenciais e a reabertura dos serviços de saúde, o número de registros aumentou para 27 casos. Esse crescimento, embora ainda abaixo dos números anteriores, pode indicar que, à medida que as escolas reabriram e os serviços voltaram ao normal, houve uma retomada no monitoramento das adolescentes grávidas, refletindo um esforço para retomar as ações de apoio e acompanhamento que haviam sido comprometidas em 2020. Essa retomada pode ser vista como um reflexo do esforço das escolas e da sociedade em geral para atender adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Em 2022, os dados revelam um aumento significativo para 170 casos, um número que chama a atenção. Esse aumento pode ser relacionado ao retorno total das aulas presenciais, o que pode ter aumentado a visibilidade dos casos de gravidez na adolescência. Além disso, a falta de programas de educação sexual durante a pandemia contribuiu para a maior vulnerabilidade dessas adolescentes, já que, sem acesso a informações adequadas, o risco de gravidez não planejada aumentou consideravelmente (Nunes et al., 2022). O retorno completo às aulas também pode ter levado a uma maior identificação de casos que antes poderiam ter ficado ocultos devido à falta de monitoramento presencial.

Em 2023, observa-se uma queda no número de casos para 75, o que pode ser interpretado como um sinal positivo de que as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da gravidez na adolescência começam a surtir efeito. Pode também ser reflexo da melhoria no acesso à educação sexual e aos serviços de saúde, que proporcionaram maior conscientização e prevenção. Contudo, é importante destacar que, para se ter uma conclusão mais precisa, seriam necessários estudos aprofundados sobre as ações de intervenção realizadas pela Secretaria de Educação e Saúde de Roraima, ações essas que não foram objeto deste estudo.

A gravidez na adolescência é um fenômeno multifatorial que envolve questões sociais, econômicas, culturais e educacionais. Diversos estudos indicam que a gravidez precoce está associada à baixa escolaridade, dificuldades econômicas, e falta de acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva (Dias et al., 2019). Oliveira e Fonseca (2020) destacam ainda a vulnerabilidade social e a falta de apoio familiar e escolar como elementos chave na perpetuação desse ciclo.

A pandemia de COVID-19, por sua vez, exacerbou muitas dessas vulnerabilidades, já que o distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais limitaram o acesso das adolescentes a informações vitais sobre saúde sexual e reprodutiva. Silva et al. (2021) alertam que a interrupção das atividades escolares e o fechamento dos serviços de saúde voltados para adolescentes agravaram a situação, tornando muitos jovens ainda mais suscetíveis à gravidez não planejada.

A análise dos dados de 2020 a 2023 revela que a gravidez na adolescência continua a ser um desafio persistente, que foi exacerbado pela pandemia, mas que pode ser mitigado com uma abordagem integrada. Com base no referencial teórico e nos dados estatísticos, conclui-se que a implementação de programas de educação sexual nas escolas, aliados ao apoio familiar e ao acesso contínuo a serviços de saúde, é essencial para reduzir os números de gravidez na adolescência. Além disso, a pandemia evidenciou a necessidade de manter esses serviços essenciais ativos e acessíveis, mesmo em tempos de crise, para garantir que as adolescentes recebam o suporte necessário para evitar uma gravidez precoce e seus impactos negativos na vida escolar e pessoal.

#### 4.1 FAIXA ETÁRIA

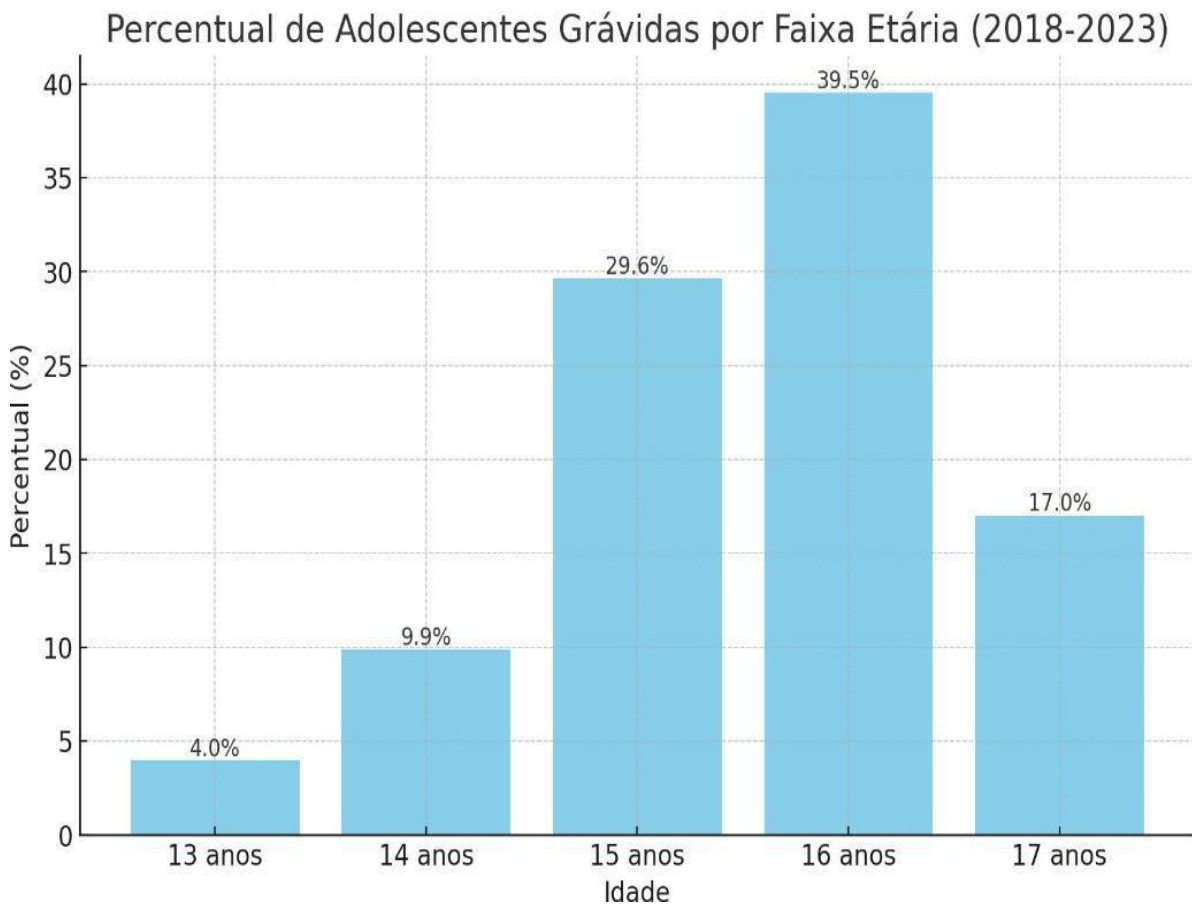
Com base nos dados fornecidos pela Divisão de Desenvolvimento Psicossocial Escolar (DIPSE), mais de 500 adolescentes grávidas foram detectadas na rede estadual de ensino da capital Boa Vista, Roraima, no período de 2018 a 2023. As idades dessas alunas variaram entre 13 e 17 anos, conforme ilustrado no Gráfico 2: Faixa Etária das Alunas Grávidas da Rede Estadual de Ensino.

A faixa etária de 13 a 17 anos reflete a adolescência intermediária e tardia,

momentos em que o desenvolvimento físico, emocional e social da jovem ainda está em processo, o que, muitas vezes, aumenta as vulnerabilidades e os desafios para lidar com uma gestação. Essa faixa etária também está diretamente associada a questões relacionadas à interrupção da escolaridade, maior risco de complicações na gestação e, em muitos casos, à perpetuação do ciclo da pobreza, como descrito por diversos estudos (Rodrigues, 2015; Oliveira & Fonseca, 2020).

A análise dos dados revela um perfil preocupante de meninas que não completaram o ciclo escolar e que enfrentam sérios desafios para conciliar a maternidade com os estudos, o que pode agravar ainda mais a exclusão social e educacional.

*Gráfico 2 - Faixa etária das alunas grávidas da rede estadual de ensino*



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados fornecidos pela SEED. (2024)

O gráfico revela uma concentração maior de meninas nas faixas etárias de 15 e 16 anos, o que indica que a gravidez na adolescência ocorre predominantemente nessa faixa etária. Este dado é relevante, pois adolescentes dessa idade estão próximos da transição para a vida adulta, porém, ainda em uma fase de desenvolvimento físico e psicológico, o que torna a maternidade uma experiência de grande impacto. Além disso, essas faixas etárias estão associadas a uma maior vulnerabilidade, especialmente em casos de gestação decorrente de relações abusivas, configurando situações de estupro de vulnerável, conforme estabelecido pelo Código Penal Brasileiro.

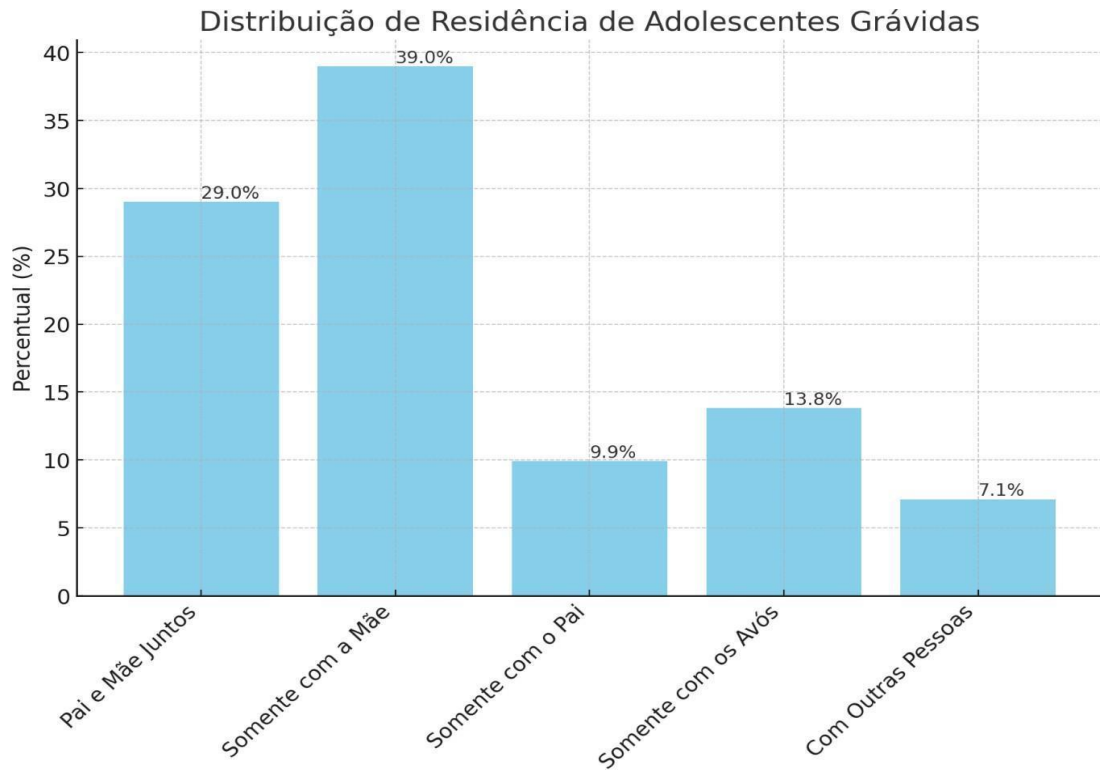
A principal questão evidenciada nesses casos de gravidez precoce é a interrupção da conclusão do ensino médio. A gravidez adolescente, especialmente em idades mais precoces, tende a comprometer a continuidade dos estudos, contribuindo para a evasão escolar. Segundo Silva et al. (2020, p. 112) a gravidez gera “um ciclo de exclusão educacional e de pobreza, uma vez que as adolescentes, ao se tornarem mães, se veem forçadas a abandonar a escola para cuidar dos filhos, o que compromete suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho e sua autonomia futura”.

As jovens, muitas vezes, não têm o suporte necessário, seja familiar ou institucional, para conciliar a maternidade com a rotina escolar. Esse cenário, além de comprometer o futuro educacional das adolescentes, também amplia as dificuldades socioeconômicas, uma vez que a falta de qualificação escolar diminui as chances de acesso a melhores condições de trabalho e aumenta o risco de perpetuação da pobreza e das desigualdades sociais.

#### 4.2 COM QUEM RESIDEM

Os dados apresentados abaixo estão relacionados com o local de residência das estudantes grávidas mapeadas na pesquisa, com o objetivo de compreender se há a existência de suporte emocional e financeiro para essas adolescentes. O estudo de Rodrigues (2015) demonstra que as jovens adolescentes grávidas precisam de apoio e orientação da família, uma base familiar que as sustente. A família desempenha um papel fundamental ao oferecer apoio, orientações e promover mudanças positivas.

Gráfico 3- Com quem residem as estudantes grávidas mapeadas na pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, dados fornecidos pela SEED, (2024).

Os dados indicam que as adolescentes residem em diferentes arranjos familiares. A maior incidência é de jovens que convivem com pai e mãe, seguidos pelas que vivem apenas com a mãe, e em terceiro lugar, aquelas que convivem com os avós. Isso representa uma maternidade assumida por diversas razões, mas que também enfrenta dificuldades no processo de orientação sexual. Almeida (2019) explica que o tipo de família em que o adolescente se socializou ou com a qual vive tem uma influência importante em seus comportamentos sexuais e reprodutivos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1989), os adolescentes têm requisitos básicos (direitos) que precisam ser satisfeitos para um desenvolvimento saudável: primeiro, ter uma infância saudável; segundo, estar em ambientes seguros que os apoiem e forneçam oportunidades, por meio da família, colegas e outras instituições sociais; terceiro, ter acesso a informações e oportunidades para desenvolver uma ampla gama de habilidades práticas, vocacionais e para a vida; e, por último, ter acesso equitativo a uma ampla gama de

serviços: educação, emprego, saúde, justiça e bem-estar.

Simões (2018) conclui em sua pesquisa que o funcionamento familiar pode ser eficaz no apoio aos adolescentes, considerando que a escolaridade, a idade da adolescência e a renda familiar influenciam a prevenção da gravidez.

Em conclusão, os dados coletados indicam que a gravidez na adolescência nas escolas estaduais de Boa Vista, Roraima, é um fenômeno complexo, relacionado a diversos fatores socioeconômicos e familiares. A análise revelou que as adolescentes grávidas apresentam dificuldades significativas em continuar seus estudos, o que contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e a falta de mobilidade social. O tipo de arranjo familiar, o apoio ou a ausência de suporte emocional e financeiro, influencia diretamente as escolhas e o futuro dessas jovens, muitas das quais enfrentam desafios significativos para conciliar a maternidade com a continuidade escolar. A falta de informações adequadas sobre saúde sexual e reprodutiva e a falta de educação sexual nas escolas tornam esse cenário ainda mais grave. Para mitigar esses impactos, é urgente a implementação de políticas públicas que ofereçam apoio integral a essas adolescentes, garantindo acesso a serviços de saúde, orientação educacional e apoio familiar. A criação de ambientes seguros e a promoção de programas de educação sexual nas escolas são fundamentais para prevenir a gravidez precoce e apoiar a continuidade escolar, rompendo assim o ciclo de exclusão social e educacional desses jovens.

#### 4.3 APRENDIZADO SOBRE SEXUALIDADE

Vários estudos sobre fertilidade na adolescência concordam que as relações familiares têm uma influência significativa no comportamento sexual adolescente. Conforme evidenciado pela pesquisa realizada por Lawrence (1997) na qual se conclui que adolescentes que pertencem a famílias não estruturadas, seja por separação e / ou divórcio de seus pais, buscam compensação emocional na atividade sexual e / ou em uma gravidez, para suprir a falta de afeto no ambiente familiar.

Os resultados obtidos nos estudos revisados refletem a importância do ambiente familiar na estabilidade emocional do adolescente, bem como a importância

da funcionalidade da família no desenvolvimento de sua vida, ao contrário, a disfunção familiar predispõe ao desenvolvimento de comportamentos de risco em adolescentes, que podem afetar sua saúde física, psicológica e/ou social.

Nesse contexto, Ventura (2017) ressalta a importância de compreender a perspectiva dos jovens sobre sua relação com os pais, considerando como eles interpretam as orientações que recebem. A discrepância entre as percepções dos pais e das adolescentes sobre sexualidade pode refletir nas atitudes e escolhas desses jovens, muitas vezes moldadas por expectativas familiares conflitantes. De acordo com Saffiotti (2017), a estrutura familiar — seja ela nuclear, monoparental ou extensa — desempenha um papel crucial na formação dos papéis dos jovens dentro de suas casas ou nos novos lares que formarão. Ao se basearem nas experiências de familiares como modelo, os adolescentes desenvolvem habilidades e estratégias para estabelecer seus próprios relacionamentos, influenciados tanto pela dinâmica familiar quanto pelas experiências sociais e culturais vivenciadas no contexto familiar. Portanto, a forma como as adolescentes interagem com suas famílias têm um impacto significativo no modo como enfrentam questões relacionadas à sexualidade, ao desenvolvimento pessoal e à formação de novos vínculos afetivos.

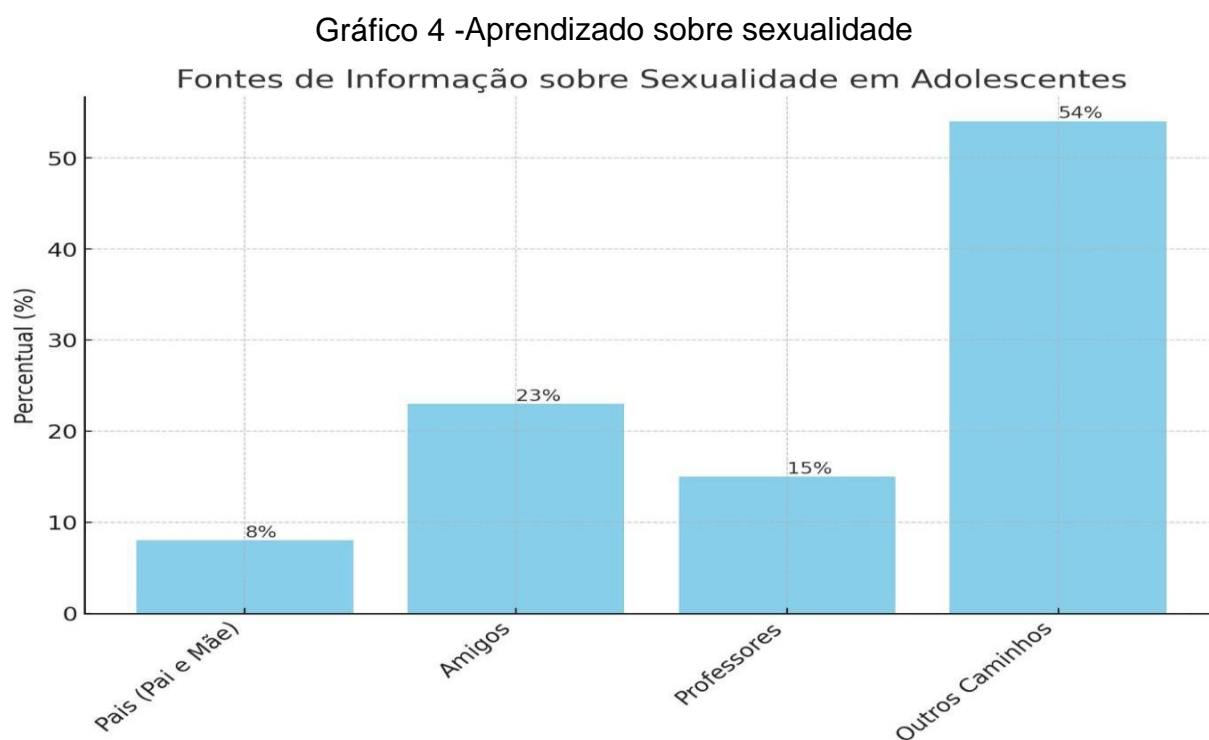
De acordo com Godinho (2016, p. 89), a concepção de sexualidade está intimamente ligada à genitalidade, sendo que as orientações dos pais sobre a prevenção da maternidade ou paternidade precoce desempenham um papel significativo na formação das atitudes dos adolescentes em relação à gravidez. A gravidez na adolescência é descrita como uma crise que se sobrepõe à própria crise do desenvolvimento adolescente, com suas experiências variando conforme a fase da adolescência em que ocorre. As profundas diferenças nas experiências de gravidez durante as fases inicial, intermediária e final da adolescência revelam a importância de compreender esses diferentes contextos evolutivos para entender as implicações dessa gravidez.

Além disso, a gravidez na adolescência não se configura apenas como um problema de saúde, mas também como um desafio social e econômico, com sérias consequências, como a redução das oportunidades educacionais para a adolescente, podendo até levar ao abandono total dos estudos. Isso, por sua vez, contribui para o aumento da exclusão social e das desigualdades de gênero, perpetuando o ciclo da

pobreza.

A pesquisa realizada pelo setor de estatísticas das escolas públicas da capital revela que 8% das adolescentes receberam informações sobre sexualidade de seus pais (tanto pai quanto mãe), 23% aprenderam com amigos, 15% foram informadas pelos professores, e 54% tiveram acesso a informações sobre sexualidade por outros meios. Esses dados indicam que as fontes de informação sobre sexualidade são variadas, mas a maioria das adolescentes não obtém esse conhecimento diretamente de seus pais, o que pode refletir a falta de um diálogo mais aberto e orientador dentro do núcleo familiar.

A seguir observamos os números acerca do Aprendizado sobre sexualidade, no gráfico 4:



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED.

A análise das fontes de informação sobre sexualidade para adolescentes na pesquisa revela um quadro complexo de aprendizado e transmissão de conhecimentos. Um dado significativo é que 54% das adolescentes afirmaram ter recebido informações sobre sexualidade por "outros caminhos", fora do ambiente familiar. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa desempenham um papel crucial, visto que divulgam intensivamente temas sobre sexualidade,

promovendo a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e, indiretamente, da gravidez. Além disso, os amigos (23%) surgem como outra importante fonte de informação, refletindo o papel central da comunicação com os pares nessa fase da adolescência, embora a qualidade das informações transmitidas por eles seja uma questão a ser considerada. Apenas 15% das jovens receberam informações de professores, o que pode indicar a falta de preparação desses educadores para abordar o tema de forma adequada em sala de aula. A escassez de educação sexual formal é um reflexo da naturalização e, por vezes, da invisibilidade desse tema nas práticas pedagógicas.

O fato de apenas 8% das adolescentes terem recebido informações de seus pais sobre sexualidade destaca o tabu que ainda permeia as discussões familiares sobre esse assunto. Muitos pais não se sentem preparados para orientar seus filhos, o que reforça a necessidade de espaços de diálogo mais abertos e informativos dentro do núcleo familiar. Embora algumas escolas estejam começando a implementar programas de educação sexual, muitos deles ainda carecem de conteúdo sobre contracepção e reprodução. Para alcançar os jovens fora da escola, é fundamental que programas de planejamento familiar e educação sexual se expandam para centros comunitários e outras iniciativas de extensão.

Conforme Melo e Lopes (2012), o poder de decisão das meninas em relação ao uso de contraceptivos está diretamente relacionado à sua autonomia e ao suporte familiar e social. Diferenças de gênero também influenciam o modo como adolescentes vivenciam sua sexualidade, dificultando a construção de uma vida sexual saudável e controlada. As mães, conforme Cunha (2014), acabam assumindo a responsabilidade de conversar sobre sexualidade com suas filhas, o que implica uma pressão adicional sobre elas, muitas vezes associada a sentimentos de culpa e autocensura. Isso reflete a continuidade de normas de gênero rígidas que associam a feminilidade à virgindade e ao papel de mãe, como observa Sousa (2018) e Toneli (2015), tornando a experiência da sexualidade feminina uma construção pautada por expectativas e pressões culturais.

Em suma, o contexto familiar e social tem um impacto significativo na forma como os adolescentes recebem e interpretam informações sobre sexualidade, influenciando diretamente suas atitudes e comportamentos em relação à prevenção

da gravidez. A falta de uma educação sexual adequada, tanto nas escolas quanto em casa, contribui para o aumento da vulnerabilidade das adolescentes e, conseqüentemente, para a continuidade do ciclo de gravidez precoce, que está intimamente ligado a desigualdades de gênero e sociais. Portanto, é fundamental a ampliação de programas de educação sexual de qualidade e a promoção de diálogos abertos dentro das famílias para garantir que os adolescentes possam fazer escolhas informadas e responsáveis sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

[...] é compreensível que haja conflito entre pais e filhos, bem como no campo da sociabilidade e da troca sexual-afetiva juvenil em torno da definição de ser adolescente feminino e masculino e seu comportamento sexual correto, para na medida em que, em um quadro de ambigüidade, os processos de socialização continuam reproduzindo uma assimetria de gênero. (Toneli, 2015, p. 98)

Como acrescentou a autora, a confiança em esclarecer dúvidas com os pais é difícil não só porque os jovens não são levados em consideração em suas motivações, medos e expectativas sobre sua vida sexual, mas também quando desejam consultar seus pais sentem que podem ser julgados a priori, sobre o início de suas relações sexuais e que isso implicaria na imposição de regras e barreiras para seu livre desenvolvimento.

Como aponta Leite (2015, p. 74) para as adolescentes, existe a ideia de que tanto os familiares quanto os pares maltratam as adolescentes que iniciaram sua vida sexual “pelo fato de terem transgredido normas, no caso, por uma iniciação sexual considerada irresponsável ou inapropriado para o mundo adulto”.

Desse modo, entende-se que mesmo a sexualidade não só continua a ser equiparada à genitalidade, mas que a genitalidade ainda permanece na categoria de tabu, entre o sagrado e o profano, aquilo que é pouco valorizado em sua dimensão integral necessária ao desenvolvimento humano. Os pais e mães de família cresceram sob uma visão católica tradicional que, além de marcar a diferença entre mente e corpo, identifica no corporal e no genital a marca do pecado e daquilo que aliena as mulheres.

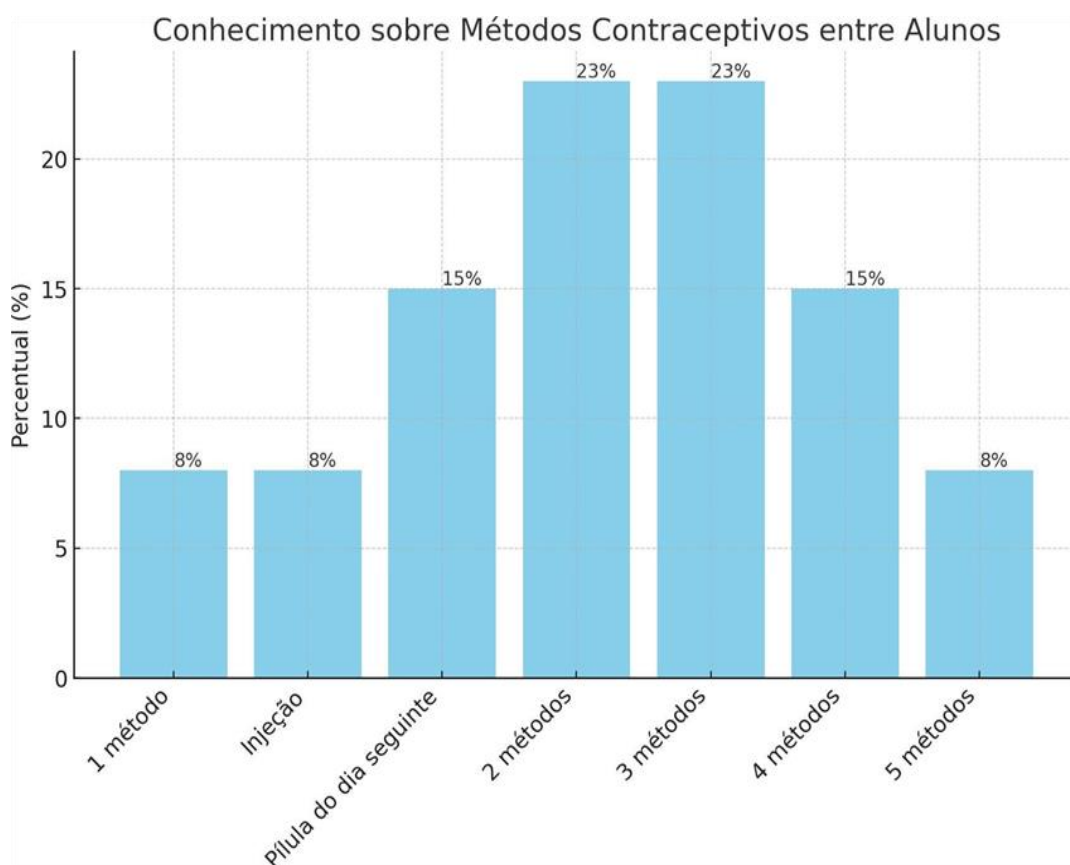
Da mesma forma, deve-se considerar que devido às condições socioeconômicas por que passam essas famílias (vários lares monoparentais), os pais ou mães assumem empregos informais e com longas jornadas de trabalho, de modo

que na maioria das vezes os pais dividem seus espaços entre trabalhar, fornece alimentação e cuidar de seus filhos ou filhas. É então esta outra razão pela qual não dispõem do tempo necessário para conhecer a sua situação escolar, a sua vida social ou sexual.

Nesse contexto, os professores, ao orientar as adolescentes, devem ferramentas que lhes permitam desenvolver plenamente as suas capacidades e aspirações, movidos por uma atitude fundamental de respeito pelos seus direitos, promovendo a sua plena participação na sua família, escola e meio social, garantindo sua saúde física e mental e protegendo-as contra a violência e a discriminação.

Continuando as informações sobre gravidez na adolescência, a secretaria de educação estadual mapeou que os jovens estudantes têm conhecimento a respeito de métodos contraceptivos.

Gráfico 5 - Conhecimento sobre contracepção



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED.

Em relação ao uso de anticoncepcionais, observa-se que muitas adolescentes possuem algum conhecimento sobre métodos anticoncepcionais antes de engravidar. Contudo, esse conhecimento não se traduz necessariamente em uso eficaz ou contínuo, refletindo, segundo Castro (2018), a relutância dos pais em discutir temas como sexualidade com os filhos e a inadequação dos esforços para fornecer uma educação sexual completa. A falta de uma educação sexual abrangente nas escolas e nas famílias contribui para a escassez de informações claras sobre contracepção, o que pode levar a decisões precipitadas e, muitas vezes, ao aumento da vulnerabilidade à gravidez precoce.

De acordo com Chacham (2012), observa-se uma tendência no comportamento masculino de responsabilizar as mulheres pela prevenção da gravidez, justificando que, como são elas que engravidam e passam por transformações físicas devido à gestação, cabe a elas o controle da contracepção. Esse estereótipo de gênero coloca uma carga desigual sobre as mulheres, desconsiderando a corresponsabilidade dos homens nas questões de prevenção e cuidado sexual. Além disso, muitas vezes, são as mulheres que, após a gravidez, enfrentam o abandono por parte dos parceiros, o que agrava ainda mais a desigualdade e a exclusão social das adolescentes grávidas.

Esses fatores evidenciam a necessidade de uma abordagem mais equitativa e completa sobre a educação sexual, que envolva tanto as jovens quanto os jovens em um diálogo constante sobre o uso responsável de métodos contraceptivos. Para que isso seja possível, é essencial que os pais se sintam mais preparados para discutir abertamente esses temas, além de ser necessário que as escolas ofereçam uma educação sexual abrangente, que vá além dos métodos contraceptivos e aborda questões de gênero, respeito e responsabilidade compartilhada.

[...] A mulher que é quem mais tem que se cuidar, deve planejar com cuidado, com contraceptivos, ela deve ter mais controle porque ela deve saber em que dia do mês ela deve estar fértil, ao sai do controle nesses dias e é por isso que acontece a gravidez. (Chacham, 2012, p. 76).

Essas falas evidenciam um panorama no qual a responsabilidade pela prevenção da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) é, em grande parte, atribuída às mulheres. Os métodos de prevenção aos quais os jovens têm maior acesso, como o preservativo e a interrupção da relação sexual, muitas

vezes são vistos como alternativas que podem afetar a sensação de prazer, especialmente para os homens. Essa percepção pode resultar no alto risco de contágio por DSTs, uma vez que muitos homens não consideram o uso do preservativo como essencial para a proteção dupla, isto é, para prevenir tanto a gravidez quanto as DSTs.

Barros e Busanello (2019) argumentam que, por outro lado, as mulheres também enfrentam obstáculos relacionados à prevenção da gravidez, incluindo os efeitos colaterais dos anticoncepcionais hormonais e a preocupação de serem descobertas pelas mães. Esse contexto reflete a complexidade da situação, na qual tanto jovens do sexo masculino quanto feminino carecem de informações adequadas e de apoio para tomar decisões conscientes sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

Vieira e Cruz (2017) observam que, em muitos casos, as jovens acabam sendo influenciadas por comentários de companheiros que já têm alguma experiência sexual, o que pode afetar negativamente sua saúde reprodutiva devido à falta de acesso a aconselhamento especializado. Isso se soma à visão social de que as mulheres devem manter uma postura de "ingenuidade" em relação à sexualidade, sendo a expectativa de que os homens possuem maior conhecimento e experiência sexual. Essa ideia reforça o estereótipo de que as mulheres devem ser mais "modestas" para agradar seus parceiros, o que pode levar à aceitação de práticas sexuais sem o uso de métodos anticoncepcionais adequados.

Toneli (2015) destaca que, para manter o papel tradicional de submissão feminina, muitas mulheres acabam aceitando que os homens escolham ou utilizem métodos anticoncepcionais, já que se demonstrar preocupada com a prevenção pode ser vista como uma atitude "promíscua", o que gera o estigma social de que a mulher que se protege está transgredindo normas de comportamento sexual. Leite (2015) também aponta que, em muitos casos, as mulheres acabam limitando suas decisões sobre as relações sexuais devido ao controle que os homens exercem, o que coloca as jovens em uma posição de vulnerabilidade.

Além disso, Leal (2015) discute a influência da classe social nas experiências sexuais dos jovens, observando que em contextos de classe social mais alta, a iniciativa sexual feminina pode estar mais associada a uma postura empoderada, enquanto em classes sociais mais baixas, as mulheres podem ser desrespeitadas ou

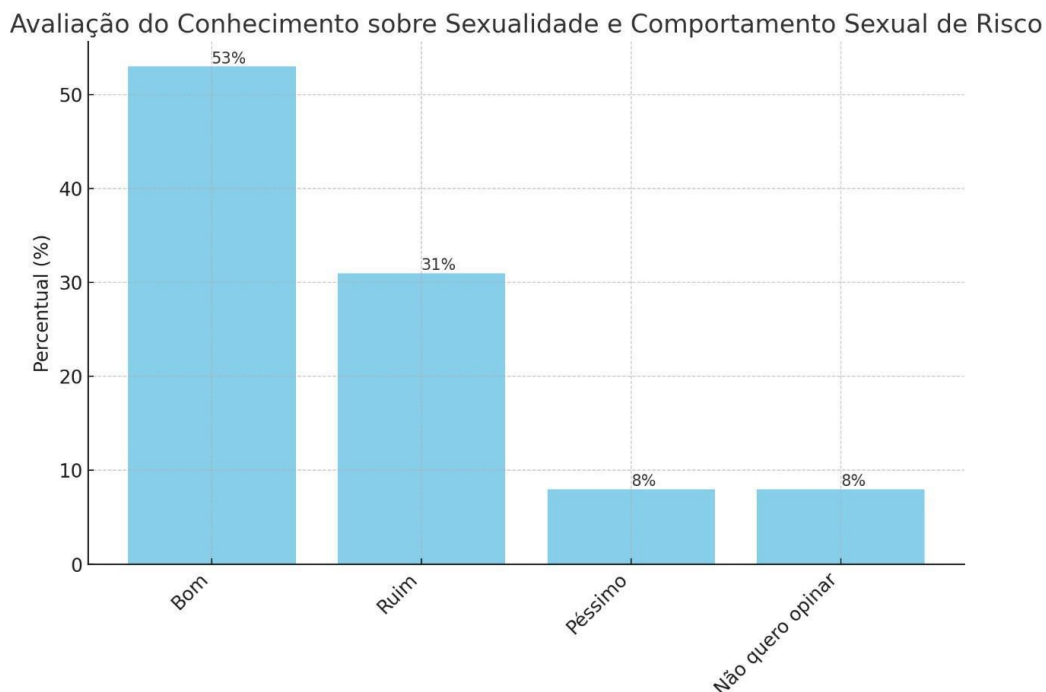
rotuladas de forma pejorativa por sua busca de prazer sexual. Naomi (2015) complementa que, após os primeiros contatos sexuais, a negociação sobre o uso de anticoncepcionais geralmente ocorre, mas frequentemente a decisão é tomada com base em trocas emocionais, sem uma orientação clara sobre o método mais adequado.

Bravo (2015) observa que, muitas vezes, os jovens só decidem usar anticoncepcionais quando há uma suspeita de gravidez, mas mesmo nesses casos, a proteção nem sempre é utilizada de forma consistente. De acordo com Cramer (2012), a emoção e a impulsividade muitas vezes interferem na decisão de usar métodos contraceptivos durante os encontros sexuais. Esse comportamento impulsivo, aliado à falta de informações precisas sobre métodos anticoncepcionais, leva os jovens a confiar em métodos inadequados ou a seguir as orientações de seus pares, mesmo que essas informações não sejam as mais seguras.

Portanto, as dificuldades de acesso a aconselhamento em saúde sexual e reprodutiva contribuem para que os jovens tomem decisões baseadas em informações incorretas ou insuficientes. Como resultado, muitos adolescentes acabam assumindo comportamentos de risco, o que é refletido nos dados sobre o comportamento sexual de risco e a necessidade urgente de fornecer uma educação sexual abrangente e acessível, tanto nas escolas quanto em outros espaços sociais.

No Gráfico 6 - Conhecimento sobre comportamento sexual de risco, observamos a relevância de abordar as questões relacionadas ao comportamento sexual de forma mais aberta e informada. Os dados indicam que a maioria dos adolescentes não está completamente ciente dos riscos associados ao comportamento sexual desprotegido, o que reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a educação sexual nas escolas e em outros espaços sociais.

Gráfico 6 - Conhecimento sobre comportamento sexual de risco



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, dados fornecidos pela SEED.

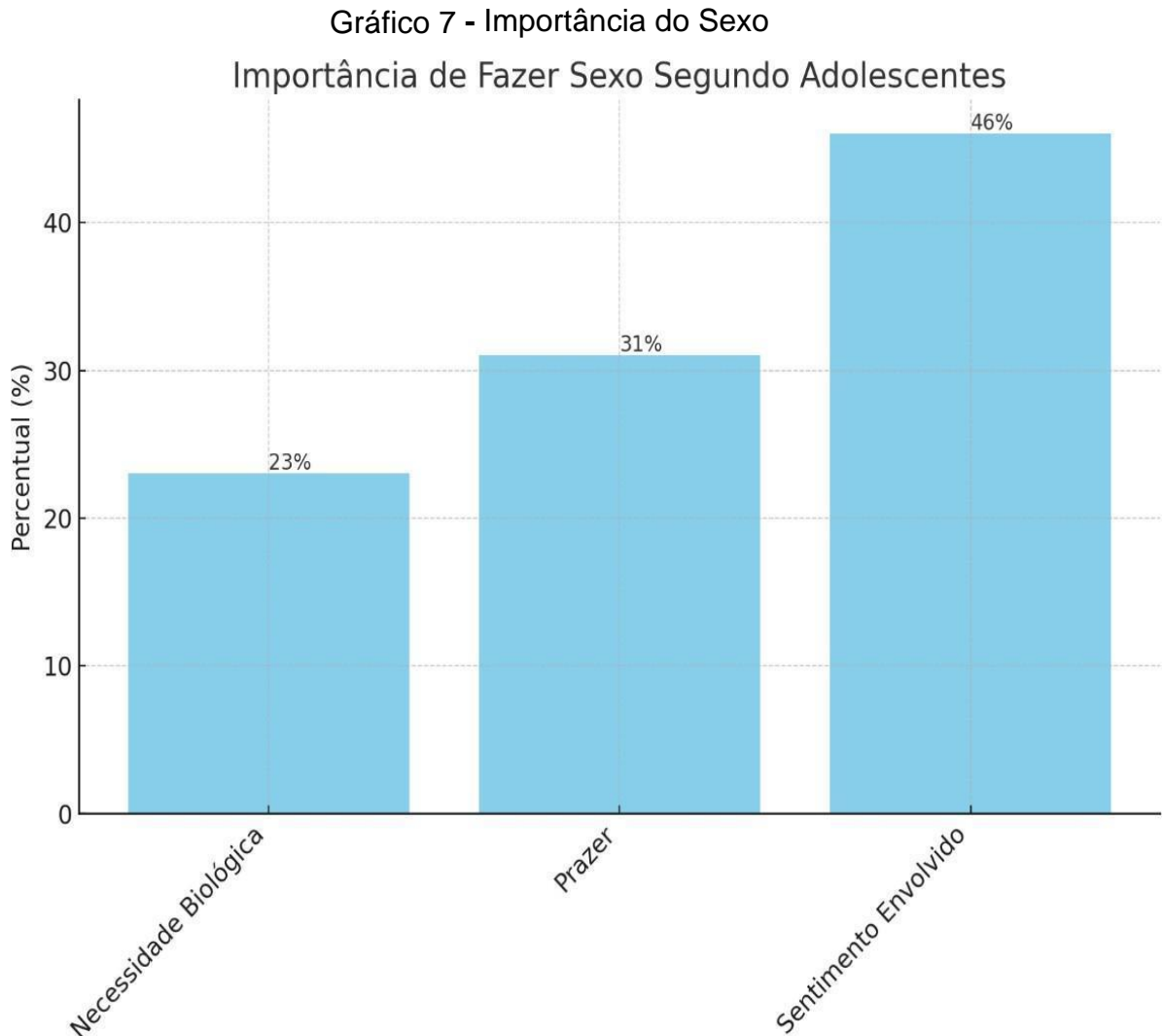
Aureliano (2015) contribui para essa discussão ao destacar que a sexualidade, especialmente na adolescência, envolve não apenas questões biológicas e físicas, mas também aspectos emocionais e sociais que influenciam diretamente o comportamento sexual. Para ele, a sexualidade é uma construção que envolve a troca de afetos e a busca por identidade, e, portanto, deve ser tratada com sensibilidade e atenção às vivências emocionais de cada indivíduo. No caso das adolescentes, o entendimento sobre a sexualidade não se limita ao prazer físico, mas está intimamente ligado a expectativas afetivas e à construção de relações de intimidade, respeito e confiança.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que a vulnerabilidade das adolescentes no exercício da sexualidade está relacionada a fatores que vão além da simples falta de conhecimento sobre métodos contraceptivos. Ela envolve também a busca por uma identidade sexual, o medo de rejeição, as expectativas sociais e as relações de poder, que muitas vezes se refletem no comportamento sexual. Assim, é fundamental que a educação sexual seja ampla e aborde esses aspectos emocionais e sociais, capacitando os jovens a tomarem decisões informadas e a estabelecerem relações sexuais mais saudáveis e respeitadas.

Esse entendimento é essencial para desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes, que não apenas transmitam informações técnicas sobre prevenção de gravidez e DSTs, mas que também contribuam para a construção de uma sexualidade saudável e consciente, respeitando os sentimentos, desejos e limites dos adolescentes.

Nessas conceituações e conhecimento a respeito dos temas sobre sexualidade, de acordo com Ferreira e Mamede (2017), vários fatores podem ser notados, que se transmitidos aos alunos poderiam, de repente, alcançar construções mais completas. Isso não quer dizer que os professores sejam os responsáveis por garantir uma maior compreensão da sexualidade, pois, como já apontado, isso pode depender de outras condições de formação e de história de vida.

Em conclusão, a educação sexual nas escolas e no ambiente familiar precisa ser mais abrangente, abordando não apenas aspectos biológicos, mas também os emocionais, sociais e culturais que envolvem a sexualidade na adolescência. A pesquisa e os estudos revisados destacam a importância de um diálogo aberto e honesto entre pais, educadores e jovens sobre sexualidade, que vá além da prevenção de doenças e gravidez. Ao integrar o conhecimento sobre os direitos sexuais e reprodutivos, as relações afetivas e o respeito mútuo, é possível promover um desenvolvimento saudável e consciente da sexualidade. A sensibilização dos pais, a capacitação dos professores e o acesso a informações corretas e adequadas são essenciais para que as adolescentes se sintam seguras e preparadas para tomar decisões informadas sobre seus corpos, suas relações e seu futuro. Dessa forma, contribui-se para a redução das desigualdades de gênero, da gravidez precoce e das doenças sexualmente transmissíveis, fortalecendo a autonomia e o empoderamento dos jovens.



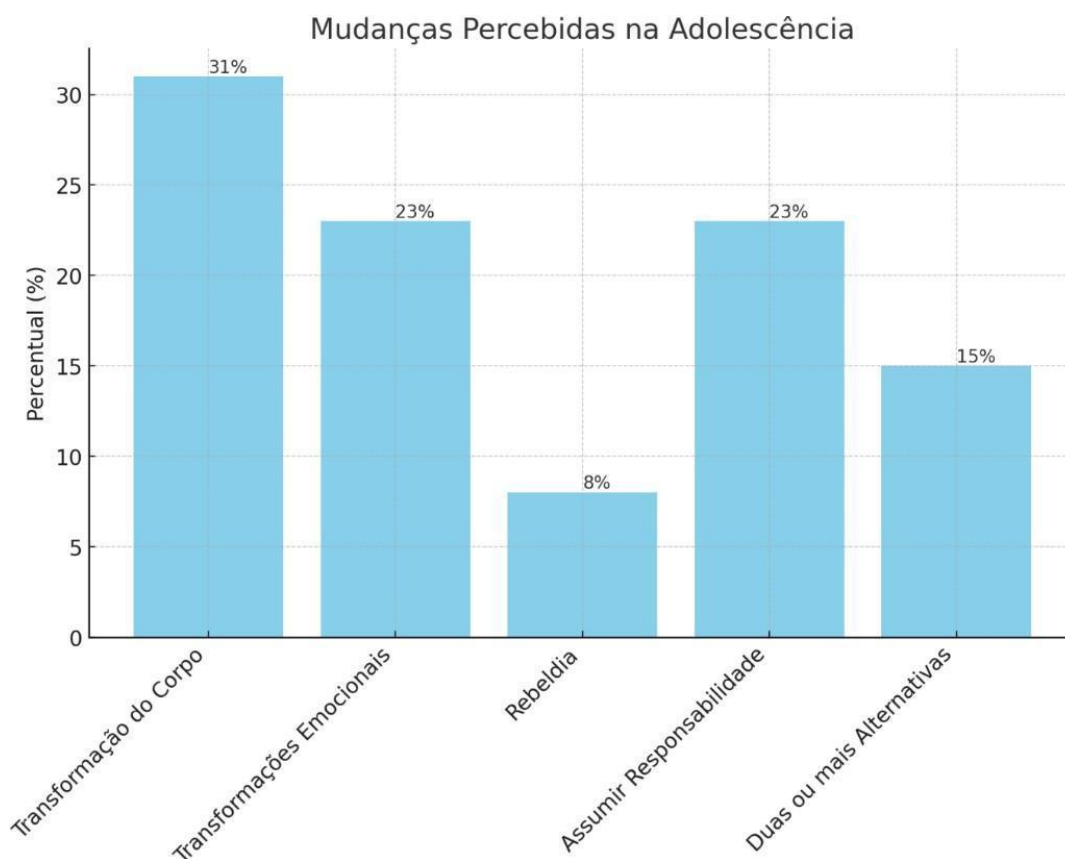
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, dados fornecidos pela SEED, (2024)

A partir das considerações de Carvalho (2013) e Louro (2016), é possível perceber que a atratividade física e as expressões de afeto desempenham papéis diferentes na construção das relações afetivas de jovens. Para os homens, a atratividade física pode ser o primeiro fator de aproximação, mas, ao longo do tempo, são outros aspectos, como o apoio e o comportamento da parceira, que consolidam um vínculo mais duradouro. Para as mulheres, as expressões de afeto e as intenções sérias dos parceiros parecem ser fundamentais, indicando uma valorização da reciprocidade emocional nas relações.

No entanto, como observa Souza (2018), é crucial olhar para a sexualidade juvenil de maneira holística, considerando as múltiplas dimensões envolvidas, desde as individuais até as coletivas, e as contradições que surgem nas interações entre os

diferentes atores sociais. As mudanças físicas e emocionais da adolescência, identificadas por uma proporção significativa dos jovens, ressaltam a complexidade dessa fase, em que os adolescentes se veem confrontados com o desenvolvimento de sua identidade sexual e a necessidade de lidar com responsabilidades e transformações internas e externas. Essas questões tornam a educação sexual uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da autonomia e do empoderamento dos adolescentes, permitindo-lhes navegar melhor pelas dinâmicas relacionais e sociais que caracterizam essa etapa da vida.

Gráfico 8- Mudanças na Adolescência



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED. (2024).

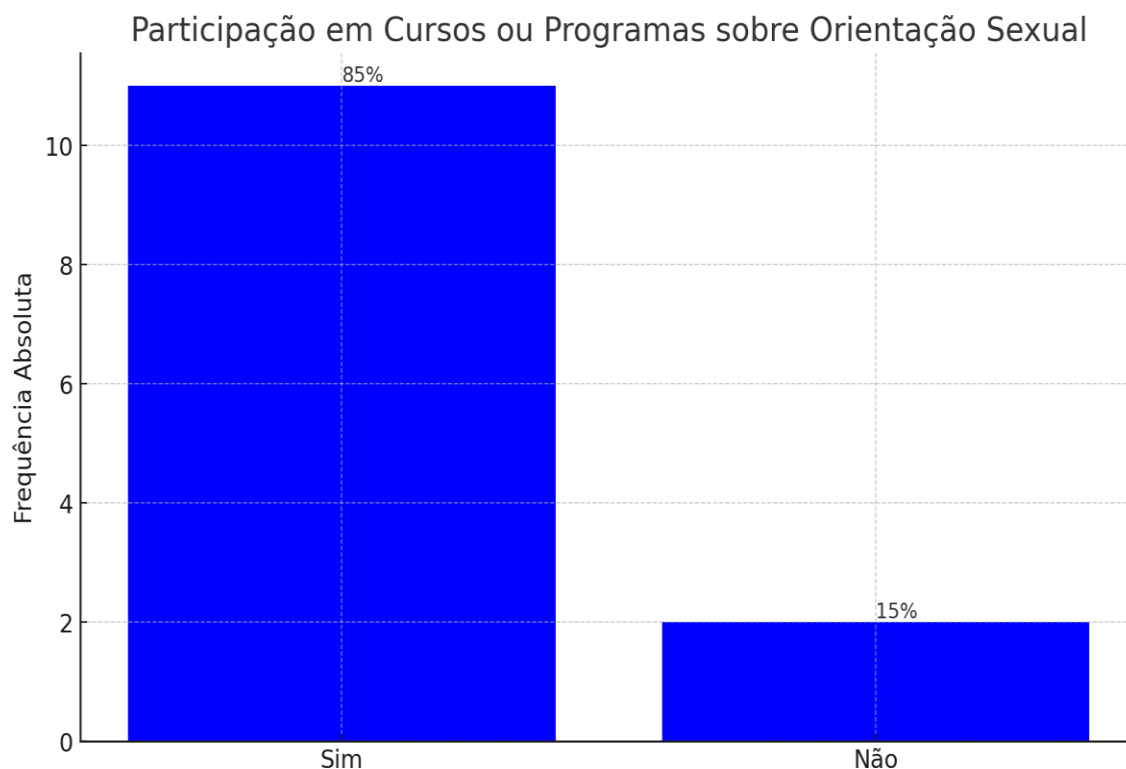
As transformações ocorridas durante a adolescência envolvem mudanças significativas em diversas dimensões, como a intelectual, sexual, social e de identidade, conforme exposto por Simões (2018). Essas mudanças são moduladas

por fatores biológicos, psicológicos e socioeconômicos, e o processo de transição para a puberdade é acompanhado de ajustes emocionais e físicos, como destaca Almeida (2019). Para muitas adolescentes, esse período implica na reestruturação da imagem corporal e na busca por apoio emocional, seja por meio da família, seja pelas amigas, que se tornam cruciais na construção de identidade. Ventura (2017) e Calle Aguirre (2016) ressaltam que, enquanto o corpo infantil é deixado para trás, surgem ansiedades sobre o futuro e a redefinição das relações familiares, que, muitas vezes, lidam com as transformações da puberdade de forma oposta para meninos e meninas, sendo mais controladora para as adolescentes.

Além disso, conforme observam autores como Ramos Padilla (2016) e Bretas (2015), o processo de amadurecimento da sexualidade na adolescência pode ser repleto de ambiguidade, especialmente em sociedades onde as jovens não têm acesso a informações adequadas sobre saúde sexual. A menstruação, por exemplo, é muitas vezes interpretada de maneira a enfatizar o peso das responsabilidades femininas, ao invés de ser vista como uma parte natural do crescimento. Oliveira (2018) e Calle Aguirre (2016) destacam que, para as meninas, o prazer e as relações afetivas ainda são muitas vezes suprimidos em discussões sobre sexualidade, que tendem a se concentrar apenas na moralidade ou na saúde reprodutiva, dificultando o desenvolvimento de uma sexualidade plena e saudável.

Nesse contexto, como enfatiza Ribeiro (2015), é fundamental que as adolescentes se tornem conscientes de seus direitos e possam tomar decisões informadas e autônomas sobre sua sexualidade, incluindo o uso de métodos contraceptivos e a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. O desenvolvimento sexual e emocional dos adolescentes, portanto, não deve ser visto apenas sob uma ótica de controle ou punição, mas como uma oportunidade para fomentar a autonomia, o respeito aos direitos e o conhecimento sobre a saúde sexual e reprodutiva.

Gráfico 9- Participação em cursos de orientação sexual



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED, (2024).

A questão da sexualidade adolescente é um tema central no contexto das relações familiares e sociais, sendo que, conforme Gontijo (2014), as informações sobre sexo disponíveis para os jovens são frequentemente confusas e contraditórias, oriundas de diversas fontes como os pares, a mídia, e até mesmo adultos significativos. No entanto, essas fontes não resultam, necessariamente, em comportamentos preventivos, levando a uma realidade preocupante: a iniciação sexual precoce dos adolescentes e as consequências associadas, como gravidez na adolescência, infecções por doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, e abortos inseguros. A falta de uma educação sexual eficaz, com informações claras e fundamentadas, contribui para que esses comportamentos de risco se perpetuem, prejudicando a saúde física e emocional dos jovens.

A família, conforme destacado por Ew Ras et al. (2012), continua sendo um pilar essencial na formação do indivíduo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento emocional, social e sexual. Embora a sociedade e os meios de

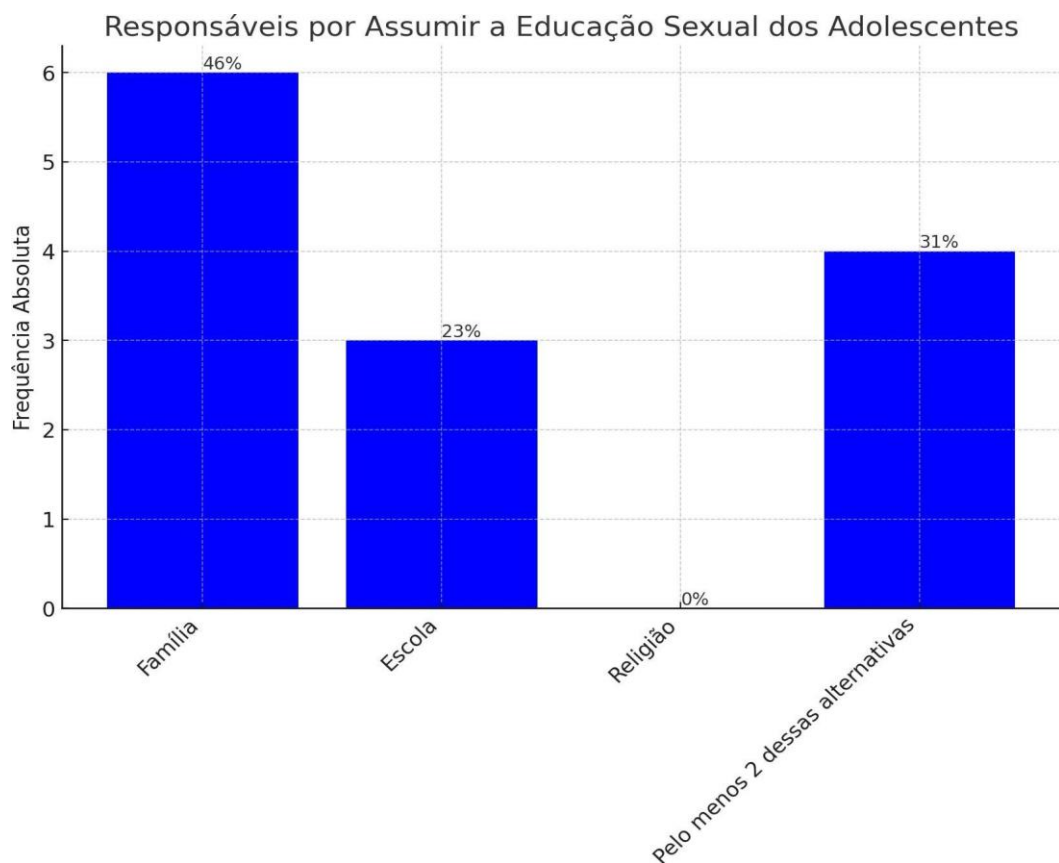
comunicação desempenhem um papel importante, a família ainda mantém sua função primária de transmitir valores, normas e atitudes em relação à sexualidade. A interação familiar, quando bem conduzida, pode fornecer uma base sólida para que os adolescentes compreendam e gerenciem suas experiências sexuais de forma responsável, saudável e consciente, prevenindo consequências negativas como as mencionadas. Portanto, é fundamental que a família se envolva ativamente na educação sexual, com diálogo aberto e sem tabus, para que os adolescentes tenham a oportunidade de tomar decisões informadas e saudáveis em relação à sua sexualidade.

Adicionalmente, Vieira e Cruz (2017) ressaltam que os pais desempenham um papel fundamental na formação da consciência moral dos filhos. Contudo, embora a educação sexual seja uma responsabilidade dos pais, muitos não a assumem de maneira eficaz, frequentemente deixando o tema de lado e delegando a responsabilidade para a escola ou para os meios de comunicação. Sousa (2018) acrescenta que muitos pais acreditam que, ao matricularem seus filhos na escola, estão isentos de sua responsabilidade quanto à educação sexual. No entanto, é crucial que o adolescente tenha o apoio emocional e a orientação necessária, o que só é possível por meio de um diálogo aberto e honesto entre pais e filhos. Nesse sentido, Toneli (2015) argumenta que os pais devem abordar o tema de forma regular e educativa, respeitando o desenvolvimento natural da sexualidade dos adolescentes, que ocorre de maneira biológica e psicológica. Contudo, é importante que o ritmo de desenvolvimento não seja desrespeitado, seja por informações fornecidas de forma precipitada ou pela falta de discussão sobre o tema, o que pode prejudicar a formação saudável do jovem.

Leite (2015) destaca a importância de uma adaptação saudável às novas atitudes em relação à sexualidade, que deve ser promovida tanto no ambiente familiar quanto escolar. Para isso, é fundamental que os jovens sejam orientados de maneira gradual, com clareza e responsabilidade, para cuidar de si mesmos e dos outros. Leal (2015) também aponta que a escola deve ser vista como um espaço de interações dentro de um contexto socioeconômico e cultural, com a promoção da saúde sendo incentivada. Nesse ambiente, ações educativas que envolvem alunos, professores, pais e profissionais de saúde contribuem para a construção da cidadania. Além disso,

Bravo (2015) destaca que a inclusão da educação sexual nas escolas é uma medida recomendada para reduzir as taxas de gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) já prevê a educação sexual como um tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para todos os níveis de ensino. Nos PCNs, a orientação sexual na escola é tratada como uma intervenção pedagógica que busca fornecer informações e discutir questões relacionadas à sexualidade, abordando posturas, crenças e valores associados a esses temas. Dessa forma, a educação sexual na escola complementa o papel da família, criando um ambiente mais amplo para o desenvolvimento saudável dos jovens.

Gráfico 10 -- Responsáveis pela Educação Sexual dos Adolescentes



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, dados fornecidos pela SEED, (2024).

Apesar do tabu que envolve a abordagem da sexualidade pelos pais, as estudantes consideraram a família como a principal responsável pela sua educação

sexual. Leal (2015) afirma que a família é o núcleo fundamental da sociedade, servindo como o ponto de conexão entre o indivíduo e o contexto social mais amplo. É nela que os primeiros sentimentos e experiências são registrados, e onde se internalizam as principais diretrizes comportamentais que dão sentido à vida. Nesse contexto, o ser humano, para atender às suas necessidades biológicas, psicológicas e sociais, deve integrar-se aos grupos sociais, sendo a família o primeiro e mais essencial desses grupos, historicamente reconhecida como o núcleo primário para a satisfação das necessidades básicas do ser humano.

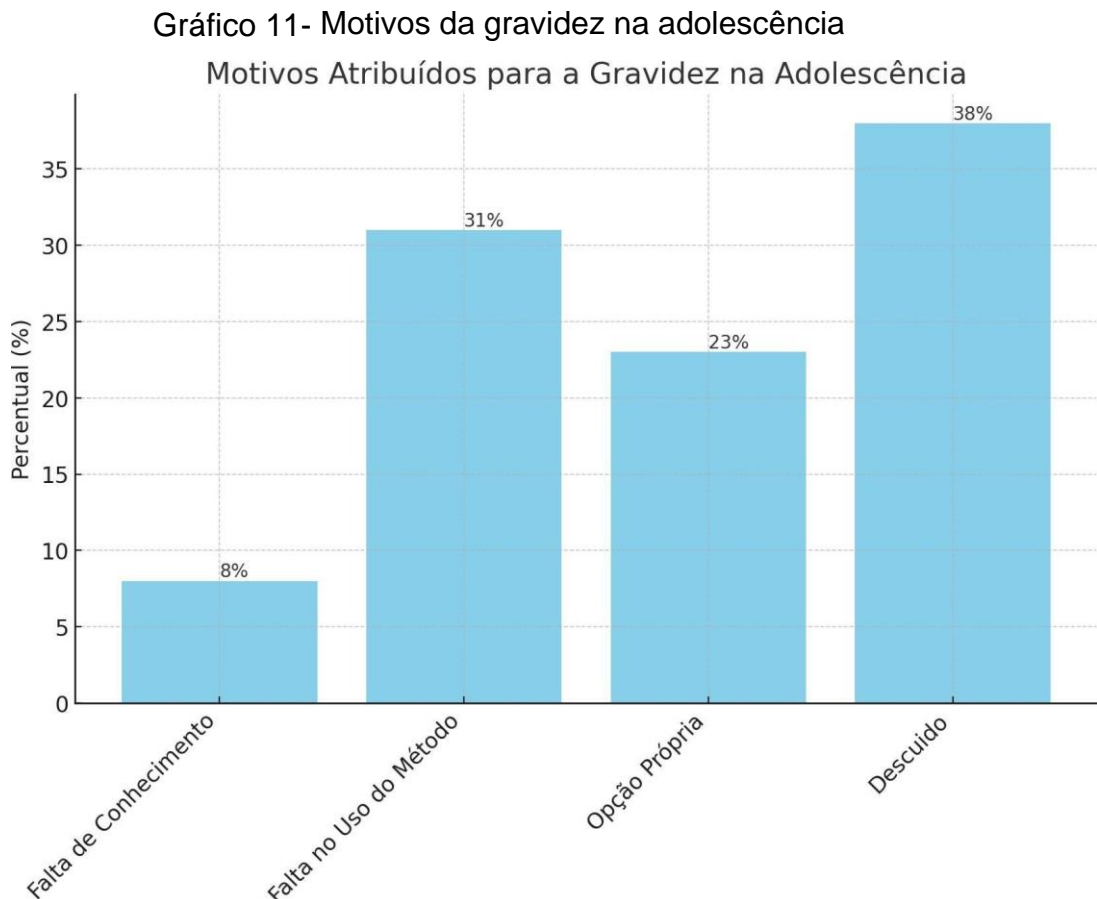
Carvalho (2010) destaca que as atitudes e comportamentos dos adolescentes são, em grande parte, moldados pelo tipo de relacionamento que estabelecem com seu núcleo familiar. É nesse ambiente que os jovens desenvolvem as competências e capacidades necessárias para seu crescimento físico e emocional. Quanto mais amplo e saudável for esse relacionamento familiar, maior será a chance de o indivíduo se tornar uma pessoa equilibrada, capaz de tomar decisões com base em valores sólidos.

No entanto, como aponta Louro (2016), muitas vezes a família se vê desorientada sobre como lidar com a sexualidade dos jovens, especialmente dos adolescentes. Há uma dificuldade em aceitar que eles possam ser sexualmente ativos e, em muitos casos, é difícil para os pais reconhecerem que seus filhos têm o direito de explorar sua sexualidade. Farias (2011) defende uma abordagem biopsicossocial na educação sexual, que vá além do conhecimento e envolva também os aspectos emocionais e sentimentais dos jovens, com o objetivo de formar jovens responsáveis, capazes de tomar decisões autônomas e fundamentadas em uma moral bem estabelecida.

Por fim, Albuquerque, Quirino e Garcia (2015) ressaltam as vantagens da educação sexual no ambiente escolar, que integra conhecimentos de forma crítica e reflexiva. Esse processo permite que os estudantes assumam comportamentos mais conscientes, com foco na melhoria da qualidade de vida, e facilita a construção de uma sociedade mais responsável e saudável.

Portanto, a educação sexual eficaz e a comunicação aberta no contexto familiar são fundamentais para promover o desenvolvimento saudável dos adolescentes e prevenir os riscos associados à sexualidade precoce. Apesar das diversas fontes de

informação, como os pares, a mídia e a escola, que influenciam as atitudes dos jovens, a família continua sendo a principal instituição responsável pela formação de valores, atitudes e comportamentos relacionados à sexualidade. É necessário que os pais e educadores se conscientizem da importância de fornecer informações claras e abrangentes, que não apenas abordem os aspectos biológicos, mas também os emocionais, sociais e éticos envolvidos nas relações sexuais. Ao promover um ambiente de diálogo e apoio, é possível capacitar os adolescentes a tomarem decisões mais responsáveis, protegendo sua saúde e bem-estar, e garantindo que suas experiências sexuais sejam vividas de forma saudável e respeitosa.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED. (2024).

De acordo com Moreira (2016), cada ser humano possui uma individualidade única que se manifesta em sua personalidade, crenças, valores e objetivos pessoais. A adolescência é um período crucial de maturação, onde se inicia o processo de

individualização e a definição da identidade, fundamentais para o empoderamento. Espera-se que ao final dessa fase, o adolescente conquiste sua independência em relação à família de origem e busque papéis e objetivos alinhados às suas habilidades e ao contexto em que vive. Para isso, é vital que os jovens tenham acesso a informações adequadas e que a família lhes permita explorar e interpretar os papéis que escolherem, promovendo assim a autonomia, uma vez que escolher suas próprias regras implica fazer suas próprias opções.

Cunha (2014) ressalta que a gravidez na adolescência deve ser abordada nas escolas e nas famílias, considerando suas características epidemiológicas e as implicações sociais, familiares e pessoais associadas. O aumento de mães adolescentes que enfrentam impactos negativos em sua integração social é alarmante, pois muitas são forçadas a interromper os estudos, criando um ciclo de desigualdade que as impede de avançar na educação.

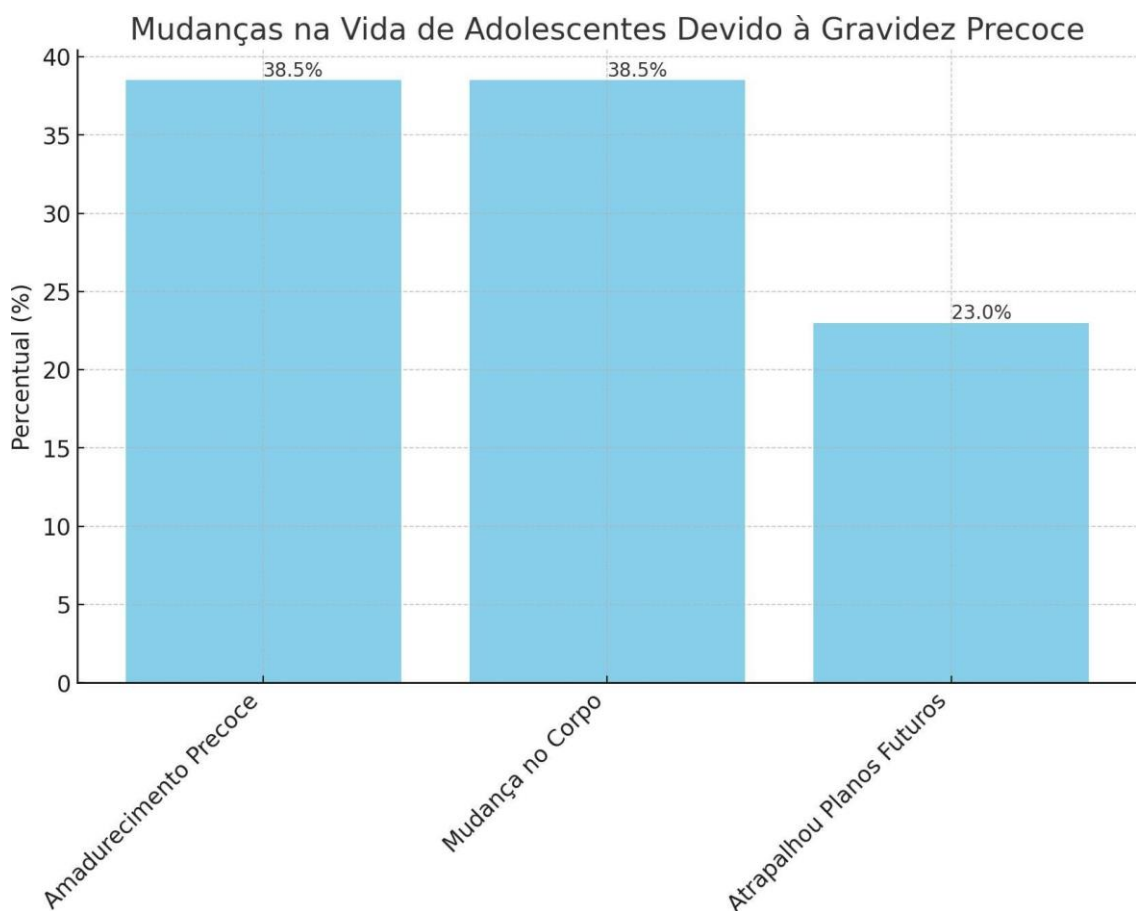
Cerqueira-Santos (2010) complementa que a gravidez na adolescência limita as oportunidades de estudo e trabalho, resultando em baixa escolaridade e, conseqüentemente, na dificuldade de acesso a empregos dignos que satisfaçam suas necessidades básicas. Essa situação é ainda mais complexa para as mães solteiras, que frequentemente enfrentam o abandono emocional, econômico e social, uma vez que os parceiros muitas vezes não assumem responsabilidades parentais.

Chacham (2012) observa que, embora a maioria dos adolescentes acredite ter conhecimento suficiente sobre contracepção, um estudo qualitativo realizado pela Secretaria de Educação de Roraima indica que as informações sobre sexualidade, reprodução e contracepção não estão adequadamente integradas nas vidas dos jovens. O conhecimento adquirido geralmente é superficial, oriundo de conversas informais e de conteúdos da mídia.

As alunas expressam diferentes percepções sobre a gravidez na adolescência, mas uma das principais dificuldades enfrentadas por aquelas que se tornam mães precocemente é a dependência econômica da família. Cardoso (2017) argumenta que os pais têm um papel crucial em preparar seus filhos para o encontro com o outro sexo, promovendo um ambiente de diálogo e educação tanto geral quanto específica sobre sexualidade e reprodução. No entanto, muitos pais ainda carecem de informações adequadas e frequentemente reproduzem atitudes e respostas que não

condizem com a sociedade atual, resultando na falta de diálogo entre eles e os adolescentes. As respostas das jovens sobre as mudanças que a gravidez precoce trouxe para suas vidas revelam uma divisão entre o amadurecimento antecipado e as mudanças físicas, evidenciando as consequências significativas da maternidade na adolescência nos âmbitos físico, emocional e no planejamento de suas vidas.

Gráfico 12 - Mudanças por conta da gravidez



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED, (2024).

Segundo Sousa (2018), a gravidez não planejada na adolescência coloca a jovem em uma situação complexa, onde ela precisa assumir múltiplos papéis, especialmente o de mãe, mesmo não estando psicologicamente madura para essa responsabilidade. Leite (2015) complementa que, frequentemente, essa gravidez ocorre em um contexto emocionalmente significativo, apesar da imaturidade e instabilidade do relacionamento. Isso reforça a necessidade urgente de apoio por parte da família e dos profissionais da educação, a fim de evitar consequências

adversas para a adolescente e seu filho.

Leal (2015) analisa que a gravidez na adolescência frequentemente interfere nos planos futuros das jovens. Bravo (2015) destaca que a experiência de ouvir os batimentos cardíacos do feto ou sentir seus movimentos pode ser transformadora, mas nem sempre resulta em aceitação. Geralmente, a notícia da gravidez provoca uma crise pessoal e familiar, levando a adolescente a considerar opções como adoção, abandono ou aborto. Um estudo revelou que 23% das adolescentes atendidas pela Secretaria de Educação afirmaram que a gravidez atrapalhou seus planos de futuro.

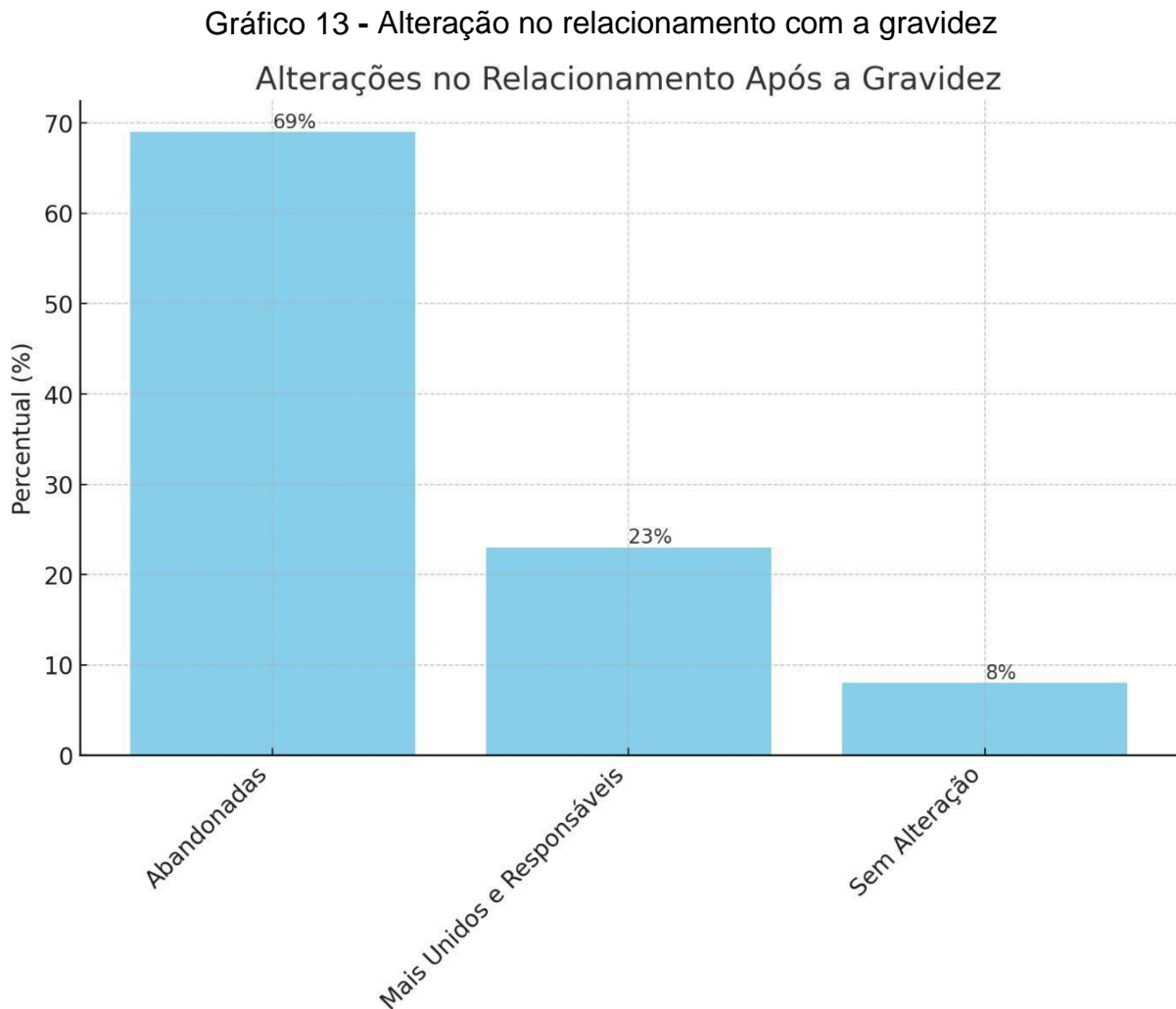
Silva (2013, p. 78) observa que, ao comunicar à família sua gravidez, a adolescente frequentemente é repreendida, recebendo críticas de pais e parentes que a culpam pela situação. Essa dinâmica pode levar a agressões emocionais e até físicas, impactando a saúde mental da jovem, que pode desenvolver comportamentos autodestrutivos, como negligenciar sua saúde ou até tentar um aborto. Além disso, a pressão social e o bullying na escola podem resultar em evasão escolar.

Pinto (2015) argumenta que, muitas vezes, as adolescentes dependem da família ou precisam buscar trabalho para sustentar a si mesmas e ao bebê. A falta de qualificação e experiência profissional torna essa busca por emprego desafiadora. Na maioria dos casos, se o parceiro não oferece apoio, a jovem acaba abandonando a escola para trabalhar. Contudo, se contar com o suporte familiar, ela pode permanecer na casa dos pais, recomeçar os estudos e manter suas atividades sociais.

As obrigações maternas e a necessidade de conviver com os pais do parceiro alteram drasticamente o cotidiano da adolescente. Ferreira (2013) aponta que os impactos negativos enfrentados pelos novos pais variam conforme os costumes familiares e o contexto social. Assim, a situação de risco da jovem grávida é contínua e preocupante.

Quanto à autoimagem, muitas alunas grávidas desenvolvem uma percepção negativa de si mesmas, evidenciando um baixo nível de autoestima, frequentemente influenciado por suas interações com grupos primários, como família e amigos. Em relação ao relacionamento com os familiares, problemas de comunicação geram conflitos e um ambiente de abandono emocional. Carvalho (2013) enfatiza que a aceitação ou rejeição da nova condição pela família pode variar, influenciando

diretamente o bem-estar da adolescente. Essa situação destaca os desafios e as transformações significativas nos relacionamentos pessoais após a gravidez na adolescência.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED. (2024).

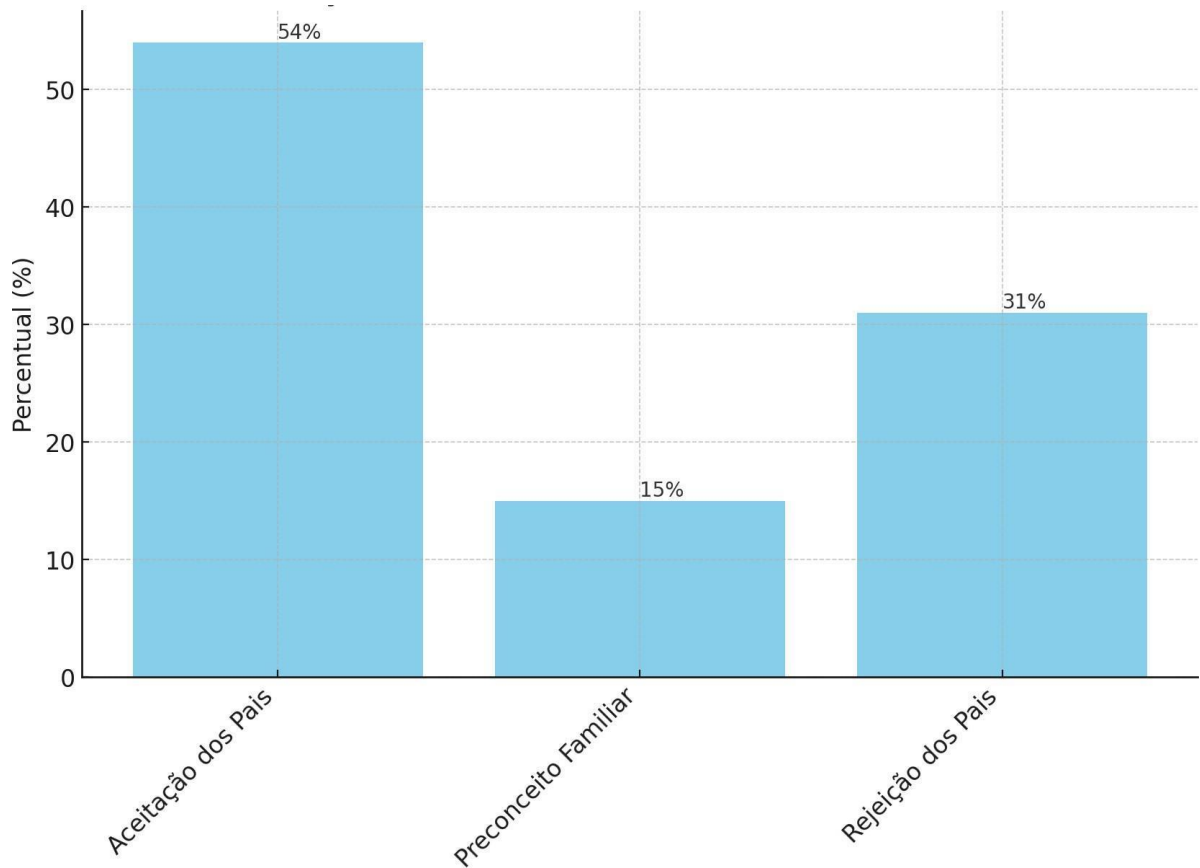
Nesse contexto, as meninas frequentemente enfrentam uma espécie de punição social, uma vez que seus direitos são violados, enquanto os meninos que se esquivam da paternidade não sofrem as mesmas consequências, preservando suas oportunidades educacionais.

Louro (2016) discute que conceber a paternidade envolve um processo de aprendizagem e adaptação, no qual o novo pai deve adquirir significados e práticas associadas à paternidade. Essa perspectiva social transforma as relações do jovem pai, reordenando suas práticas cotidianas e seus objetivos pessoais. Assim, ao se

tornarem pais, os adolescentes enfrentam a complexidade de lidar com a dependência econômica, ao mesmo tempo em que desejam independência, além das pressões para transitar para a vida adulta e assumir responsabilidades.

Quando 23% das adolescentes relataram que se tornaram mais unidas e responsáveis, Farias (2011) enfatiza que uma sexualidade responsável envolve a capacidade de tomar decisões e arcar com suas consequências, fundamentadas em saberes e valores que estão ligados ao seu contexto social. Isso destaca a importância de desenvolver temas que abordem a prevenção da gravidez precoce e a promoção de comportamentos sexuais responsáveis, contribuindo para a formação de valores morais e para o desenvolvimento da personalidade.

A maioria das adolescentes (69%) relatou ter sido abandonada e vivenciado uma nova experiência, marcada por preocupações típicas da adolescência, mas intensificadas pela gravidez. Ferreira (2013) observa que as experiências são únicas e refletem a vivência individual de cada jovem, especialmente em relação às mudanças nos relacionamentos familiares e sociais após a gravidez. Esses dados evidenciam a diversidade de dinâmicas familiares e os desafios emocionais que as adolescentes enfrentam neste período transformador.

**Gráfico 14 - Reações familiares por conta da gravidez adolescente**

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED. (2024).

Ferreira e Nogueira (2013) apontam que o conflito familiar é uma ocorrência comum em situações onde três gerações convivem sob o mesmo teto. Nesse contexto, é natural que surjam tensões entre os membros da família, com a jovem muitas vezes tentando evitar suas responsabilidades e esperando que a mãe assuma todas as tarefas relacionadas à maternidade.

Em relação ao preconceito familiar, Castro (2018) observa que algumas famílias enfrentam crises que afetam tanto a dinâmica familiar quanto a subjetividade dos indivíduos, especialmente quando lidam com uma gravidez indesejada. A presença de uma gravidez inesperada pode levar a um sentimento de desmoralização, fazendo com que a família se sinta envergonhada diante da sociedade.

Chacham (2012) destaca que a crise mais frequente é muitas vezes causada por mudanças inesperadas, incluindo dificuldades econômicas que já afetam a família

e que se agravam com a chegada de um novo membro com suas necessidades específicas, além de potenciais complicações relacionadas à gravidez.

No que diz respeito ao ambiente familiar para a gestante, Barros e Busanello (2019) avaliam como cada membro da família percebe diferentes aspectos da vida familiar, levando em consideração fatores como coesão, expressividade, conflitos, independência, metas, cultura, recreação, religiosidade e organização.

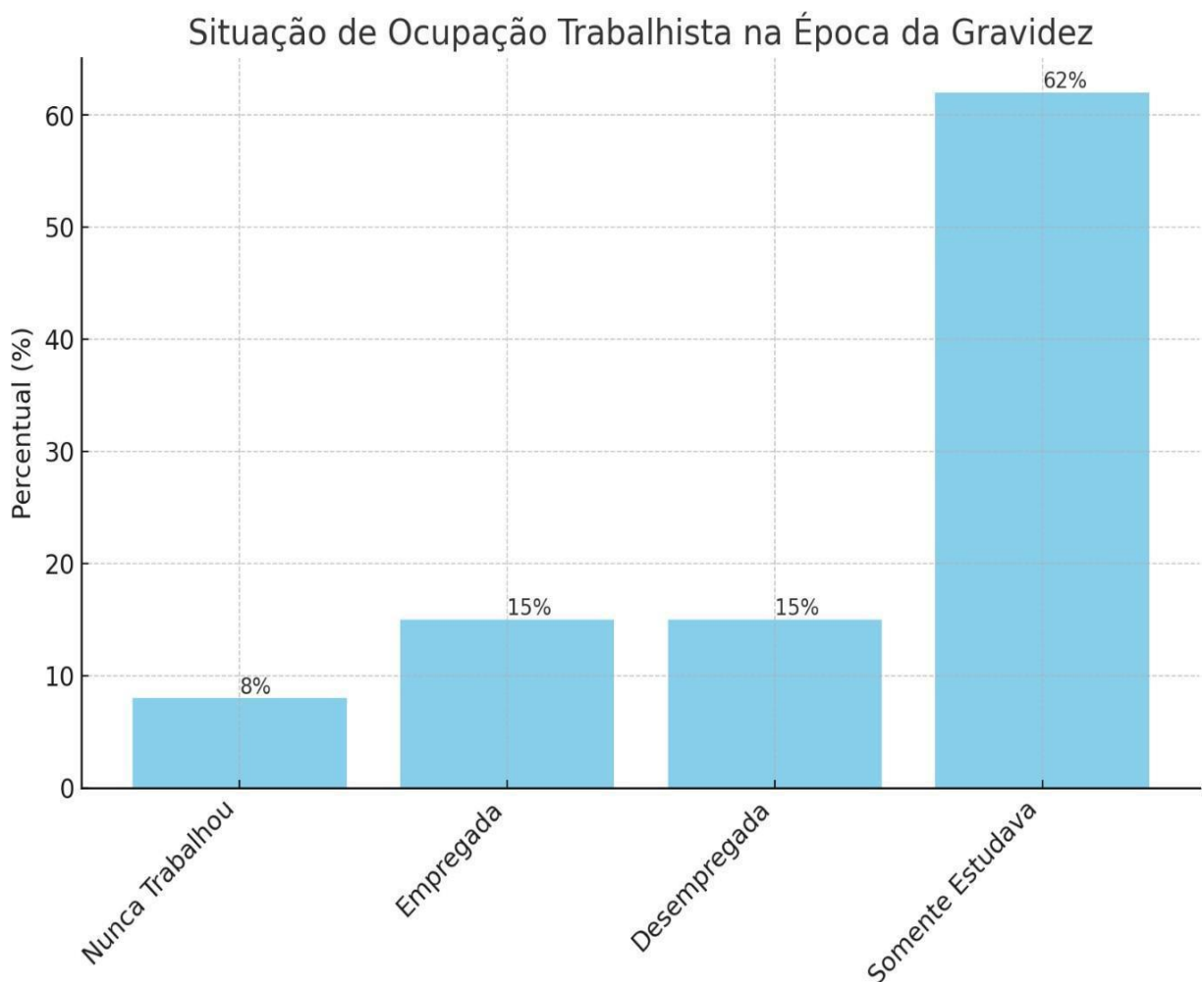
Das jovens estudantes entrevistadas, 54% afirmaram ter recebido aceitação dos pais, mas a gravidez na adolescência frequentemente gera uma crise familiar. As reações típicas a essa situação podem incluir raiva, culpa e negação, enquanto a adolescente grávida pode vivenciar ansiedade, medo, choque e depressão. É nesse momento que a jovem mais precisa do amor, orientação e apoio familiar. Muitas adolescentes, especialmente as mais novas, não planejam a gravidez e podem entrar em pânico ao descobrir a situação, levando algumas a esconder a notícia por medo da reação negativa dos pais. Outras podem até negar a própria gravidez, tornando ainda mais urgente a intervenção dos pais e a busca por atendimento médico para a jovem, já que a gravidez na adolescência, especialmente em meninas muito jovens, é considerada de alto risco devido ao fato de seus corpos ainda estarem em desenvolvimento (Santos, 2011).

Esse cenário é ainda mais complicado quando se considera a situação trabalhista das adolescentes grávidas. Muitas delas continuam a ser estudantes, enfrentando o desafio de equilibrar os estudos com as responsabilidades da maternidade e a necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Em conclusão, a gravidez na adolescência é um fenômeno multifacetado que acarreta uma série de desafios significativos para as jovens gestantes, suas famílias e a sociedade como um todo. As evidências mostram que a falta de apoio emocional e educacional, somada ao preconceito e às crises familiares, pode resultar em consequências devastadoras, como a interrupção dos estudos e dificuldades de inserção no mercado de trabalho. A necessidade de uma abordagem integrada que inclua a família, a escola e a comunidade é fundamental para garantir que essas adolescentes recebam a orientação e o suporte necessários. Promover a educação sexual de forma aberta e acessível, além de criar um ambiente familiar acolhedor e compreensivo, são passos essenciais para prevenir a gravidez precoce e preparar os

jovens para os desafios da maternidade. Dessa forma, é possível não apenas mitigar os impactos negativos da gravidez na adolescência, mas também empoderar essas jovens a se tornarem protagonistas de suas próprias vidas e a traçar um futuro mais promissor.

Gráfico 15- Ocupação trabalhista na época da gravidez



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED. (2024).

Sousa (2018) explica que a maior parte das gravidezes na adolescência é indesejada, sendo influenciada por diversos fatores. Embora a maioria dos autores refute o termo "indesejada", por considerarem que ele carrega uma carga de responsabilização e estigmatização, o conceito de gravidez não planejada parece ser mais adequado para evidenciar essa problemática. O autor destaca que enfrentar

esse fenômeno é desafiador, uma vez que as causas da gravidez em meninas e adolescentes estão relacionadas à desigualdade de gênero, obstáculos no acesso ao exercício dos direitos humanos, pobreza, casamento infantil ou união precoce, uniões forçadas e desemprego.

Leite (2015) chama a atenção para a conexão entre gravidez na adolescência e pobreza, destacando que a maternidade na adolescência é um tema central de debate. Muitos estudos se concentram nos efeitos negativos que a gravidez precoce pode ter nas oportunidades educacionais e de trabalho das jovens, o que, por sua vez, as mantém em um ciclo de pobreza ou as impede de superá-la.

Para Bravo (2015), a pobreza e a falta de oportunidades educacionais e de trabalho não são consequências da gravidez na adolescência, mas suas causas. Os efeitos negativos da maternidade precoce podem ser transitórios e superados ao longo do tempo por algumas mulheres jovens.

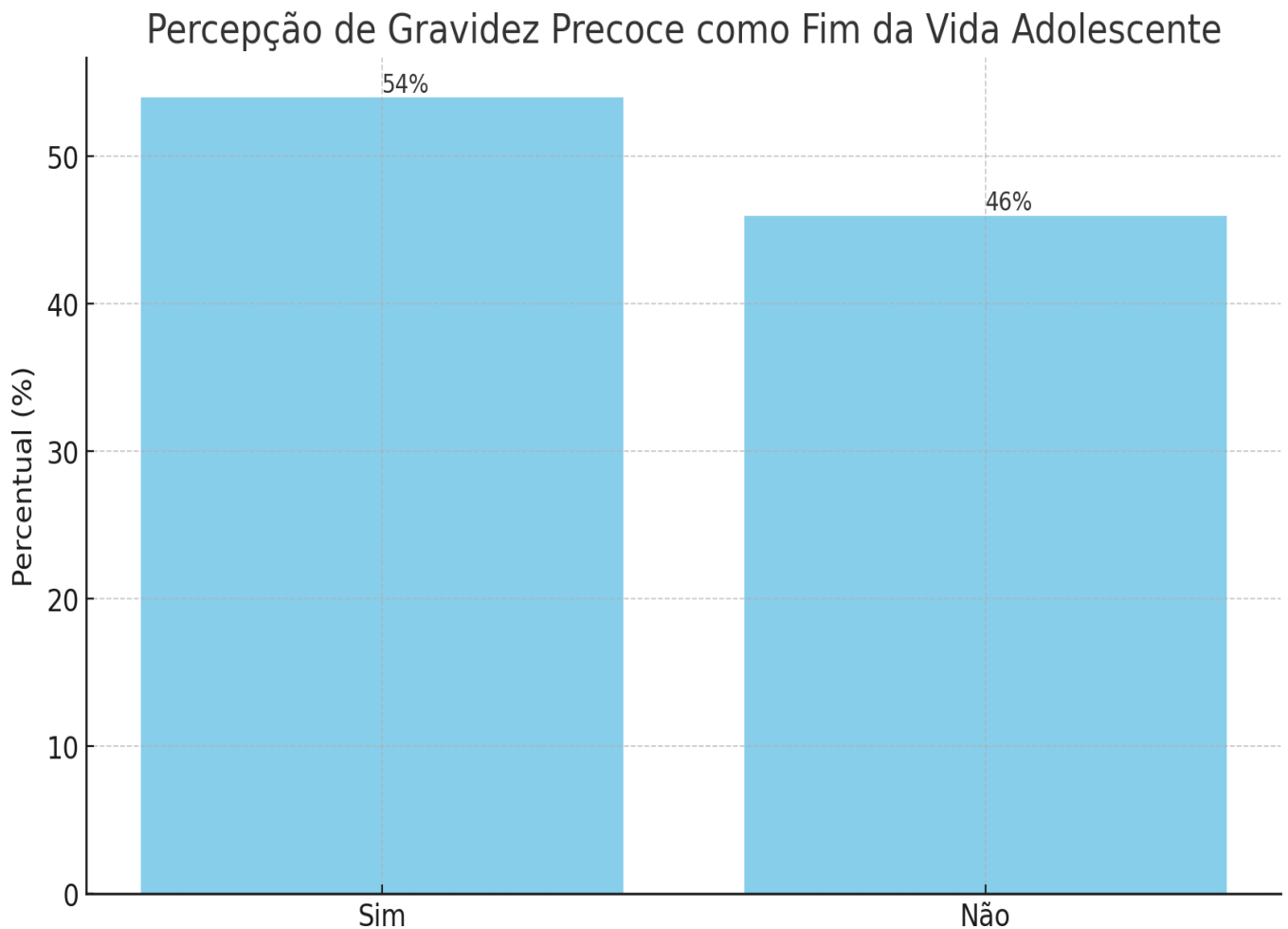
Santos (2018), sem negar as limitações impostas pela pobreza em relação ao comportamento reprodutivo, aponta que a maternidade ou paternidade adolescente pode adquirir um sentido positivo em contextos de vulnerabilidade social. Para algumas jovens, a maternidade representa a única fonte de reconhecimento social, especialmente para aquelas sem perspectivas educacionais e de emprego, sendo uma estratégia para maximizar os recursos familiares.

Ferreira (2013) contribui para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas, discutindo a relação entre maternidade na adolescência e educação. Ele destaca a importância de identificar as possíveis causas educacionais da gravidez precoce e as consequências dessa maternidade para o desenvolvimento da mãe e dos filhos, principalmente no que se refere ao desempenho escolar e às futuras oportunidades de trabalho. A associação entre gravidez na adolescência e baixo desempenho em indicadores de desenvolvimento social e educacional é clara, refletindo os desafios enfrentados por essas jovens.

A divisão nas opiniões das entrevistadas sobre se a gravidez precoce pode ser vista como o fim da vida adolescente revela a complexidade das percepções sobre o impacto dessa experiência. Um pouco mais da metade, 54%, considera que sim, enquanto 46% acredita que não. Isso reflete as implicações significativas da gravidez precoce no desenvolvimento pessoal e social das adolescentes. Segundo

Albuquerque (2015), as consequências de ter um filho na adolescência dependem do contexto em que a gravidez ocorre. Assim, mais do que um problema isolado, a gravidez na adolescência deve ser compreendida nos múltiplos processos e significados que adquire em diferentes culturas e grupos sociais.

Gráfico 16 – O impacto da Gravidez na vida adolescente



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED. (2024).

Como consequência, muitas adolescentes se sentem culpadas, considerando a gravidez precoce como o fim de sua adolescência. A maioria esconde seus relacionamentos, nega seus sentimentos e desejos, e não toma os cuidados necessários para evitar doenças e uma gravidez indesejada (RIBEIRO, 2015; SANTOS e SILVA, 2014; OPAS/OMS, 2018). Assim, elas têm poucas chances de exercer sua sexualidade de forma informada, livre e responsável.

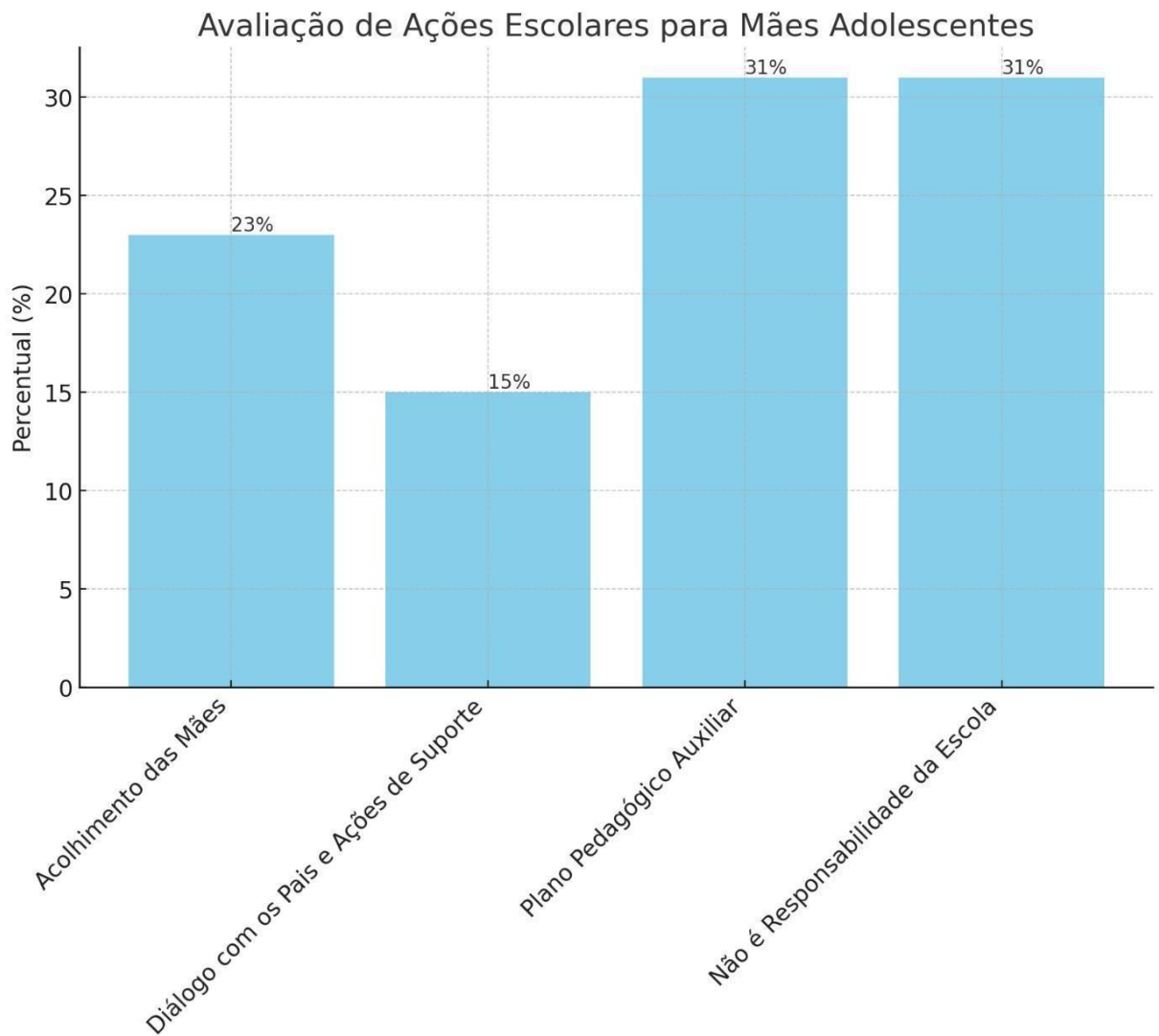
Além disso, considerando que a adolescência é uma construção cultural, a gravidez precoce também se insere nesse processo. Louro (2017) aponta que a sociedade, ao transformar a sexualidade em tabu para os adolescentes, impõe o controle sobre o desejo e o prazer, gerando medo e repressão. Foucault (2001), segundo Louro, argumenta que a sexualidade não é abordada nem na escola, nem em casa, e o significado atribuído à gravidez na adolescência varia entre culturas diferentes.

A adolescência é uma fase considerada prematura para enfrentar a maternidade, pois a jovem ainda está imersa no ambiente familiar, e a forma como a família reage e apoia é fundamental. O adolescente, em geral, carece de informações e recursos necessários para lidar com a maternidade. Gouvêa, Silveira e Machado (2013) ressaltam que as atitudes diante da gravidez na adolescência são decisivas para as dificuldades e experiências que cada jovem vivenciará, influenciando sua trajetória de vida. O abandono escolar e a falta de experiência profissional tornam mais difícil para as adolescentes estabelecerem vínculos com redes de apoio, essenciais para o acesso ao mercado de trabalho e para aumentar as chances de alcançar boas oportunidades profissionais.

A gravidez, como observado por Santos et al. (2014), afeta a vida da adolescente, que ainda não atingiu a maturidade física e mental. Ela é considerada um problema por diversos autores, devido aos riscos biológicos, implicações emocionais e sociais, além dos impactos econômicos no núcleo familiar.

Embora existam várias áreas afetadas pela gravidez na adolescência, é importante destacar um aspecto específico: o impacto no âmbito escolar. Nesse contexto, os dados apresentam diferentes avaliações sobre como as escolas podem apoiar as mães adolescentes a retomar suas trajetórias educacionais. As respostas destacam perspectivas diversas sobre o papel da escola na reintegração educacional dessas jovens, enfatizando a importância de apoio, compreensão e adaptação do ambiente escolar para que elas possam continuar seus estudos e alcançar melhores oportunidades no futuro.

Gráfico 17 - Avaliação das ações escolares



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, Dados fornecidos pela SEED. (2024).

Melo e Lopes (2012) falam sobre a posição adotada pela escola em relação à gravidez de uma aluna, que pode ser um fator determinante para a continuidade educacional. A percepção das alunas grávidas sobre a postura inclusiva da escola em relação a elas elimina um elemento negativo importante ao pesar os prós e contras de continuar os estudos. Para tanto, as entrevistadas que engravidaram enquanto estavam matriculadas foram questionadas sobre o posicionamento que a escola assumia em relação à sua situação.

Farias (2011) destaca as dificuldades enfrentadas por essas adolescentes grávidas ao conciliar os estudos com as responsabilidades familiares, os afazeres domésticos e, em muitos casos, o trabalho fora de casa para gerar renda. Esses fatores constituem as principais restrições à continuidade dos estudos.

Em geral, a motivação para "voltar à escola", segundo Louro (2016), surge do confronto com a realidade do mercado de trabalho e das ocupações e condições de trabalho às quais podem aceder sem formação educacional. Dessa forma, não só as suas oportunidades de trabalho, mas também a sua formação pessoal, são fatores importantes. É essencial que a escola, nesse momento, ofereça um acolhimento digno.

O professor deve estar receptivo a todas as ideias, pontos de vista, critérios e questionamentos, trabalhando com cada aluno individualmente e com o grupo como um todo. Considerando que o espaço oferecido à adolescente grávida deve ser um ambiente de compartilhamento com as alunas, este deve focar no conhecimento e nas vivências cotidianas dos problemas enfrentados em relação à gravidez precoce, além de proporcionar reflexões que contribuam para a transformação dessa realidade.

Essa forma de compreender a gravidez na adolescência e seu vínculo com a educação requer um movimento que vai do reconhecimento das diferenças como desvios para as diferenças como diversidades dentro de desigualdades plurais. A revisão de estereótipos, representações e práticas diferenciais é fundamental para a construção de uma escola mais democrática, em termos geracionais, de classe e gênero. Contudo, essa etapa deve ser acompanhada por processos formativos que forneçam conhecimentos e ferramentas para abordar adolescentes nessas situações, assim como uma decisão política para promover mudanças não apenas nas pessoas, mas também nas estruturas institucionais.

Por outro lado, Ribeiro (2015) afirma que a adolescência é uma fase especialmente importante, pois desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de hábitos e competências que afetam o bem-estar dos jovens e a capacidade de enfrentar as várias circunstâncias ao longo da vida.

Bravo (2015, p. 95) enfatiza que "elas, mulheres, devem ser o sujeito principal de qualquer política de empoderamento", não apenas como instrumento de fortalecimento de sua saúde sexual e reprodutiva, mas também como meta desejável

em si mesmas. Perrenoud (2010) ressalta que, no que se refere a esta questão, é essencial que o professor formador ofereça suas aulas de maneira integral, proporcionando-lhes conhecimentos científicos e metodológicos para que, pessoalmente, possam prevenir uma gravidez, além de poder orientar na prevenção da gravidez desde cedo em suas comunidades.

A formação do professor deve ser reconhecida como um processo que se desenvolve por meio do uso de métodos e técnicas. Para Nunes (2013), em alguns casos, as chamadas técnicas participativas se confundem com técnicas de psicodrama, trabalho em grupo e intervenção psicológica individual, além de incluir a psicanálise e a educação popular, inspirada por Paulo Freire.

Oliveira e Araújo Filho (2018) defendem que o trabalho do professor deve focar em ajudar os alunos a superar as dificuldades que apresentam na sua aprendizagem e em suas condições de vida. O centro dessa prática deve ser a assistência ao aluno, com o objetivo de aumentar seu desempenho e ajudá-lo a encontrar soluções para os problemas de aprendizagem.

Segundo Rezende e Leal (2013), essa visão implica em um aconselhamento contínuo, no qual o professor promova atividades preventivas e fomente a formação dos alunos. As atividades educativas com adolescentes são uma oportunidade para que eles recebam informações confiáveis e esclareçam suas dúvidas sobre questões relacionadas à saúde sexual.

Conseqüentemente, Rodriguez e Silva (2015) destacam que estudos mostram que, quando o corpo docente se depara com um tema sobre o qual não possui informações suficientes, ele pode bloquear suas expressões naturais, gerando inibição e vazio na fala. Assim, ao invés de educar, o corpo docente acaba agindo de maneira defensiva, questionando o comportamento dos alunos e transmitindo conceitos errôneos.

De acordo com Sudbrack, Santos, Soares e Nogaró (2018), a formação de professores é crucial para a implementação de uma educação sexual eficaz. A responsabilidade final de garantir que o currículo de educação em sexualidade chegue às salas de aula recai diretamente sobre os educadores, e sua formação e domínio de conhecimentos suficientes sobre o tema são essenciais para tratar as questões relacionadas à sexualidade de forma adequada.

Rodrigues (2015) enfatiza que para se alcançar uma formação adequada, não se trata apenas de avaliar o nível de conhecimento dos docentes, mas de garantir que eles estejam preparados para orientar os alunos quando estes solicitarem informações sobre temas relacionados à sexualidade.

Ao fazer o cruzamento das respostas das alunas grávidas, os resultados deste estudo são semelhantes aos encontrados por Nunes (2013) e outros pesquisadores, que constataram diferentes expectativas nos alunos sobre como gostariam de ser abordados em relação à sexualidade. Muitos expressaram o desejo de participar de palestras, cursos, dinâmicas e outras atividades.

Scheibe (2013) destaca a importância de os professores buscarem formação continuada sobre o tema, a fim de implementar novas estratégias que superem as limitações dos processos pedagógicos atuais e incluam elementos que abordam as dificuldades na formação em sexualidade, além da desarticulação e do escasso planejamento conjunto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo indicam que o objetivo principal foi alcançado, possibilitando a investigação dos fatores socioeconômicos, culturais e educacionais que contribuem para a incidência de gravidez na adolescência em escolas estaduais de Boa Vista, Roraima. A pesquisa demonstrou que a gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, influenciado por uma série de fatores inter-relacionados que impactam diretamente a trajetória educacional e a vida pessoal das alunas.

A pergunta central da pesquisa, que buscava compreender quais são esses fatores e como eles afetam a continuidade dos estudos das adolescentes grávidas, foi adequadamente respondida. Os resultados mostraram que a gravidez na adolescência leva a altas taxas de abandono escolar, afetando o desempenho acadêmico das alunas e “perpetuando ciclos de pobreza” e exclusão social. A pesquisa também destacou a percepção das adolescentes em relação ao apoio recebido das escolas e dos serviços de saúde, evidenciando que, embora haja algumas iniciativas de suporte, elas são insuficientes para mitigar os efeitos negativos da gravidez não planejada.

A vulnerabilidade do conhecimento pode ser um fator crucial na ocorrência de gravidezes não programadas. Essa situação pode ser abordada sob diversas perspectivas, sendo uma delas a insuficiência da educação sexual. Muitas vezes, a falta de informação adequada sobre métodos contraceptivos, sua eficácia e como usá-los corretamente contribui para uma gravidez não planejada. Se as adolescentes não recebem educação sexual abrangente, não conseguem saber como prevenir a gravidez de forma eficaz.

A gravidez na adolescência, especialmente entre meninas na idade escolar, pode acarretar uma série de riscos físicos, sequelas emocionais e desafios. Entre os principais aspectos a considerar estão os riscos físicos e complicações de saúde. Adolescentes grávidas enfrentam um risco maior de complicações, como hipertensão, pré-eclâmpsia e anemia, condições que podem afetar tanto a saúde da mãe quanto a do bebê. Além disso, as consequências emocionais para as adolescentes grávidas podem variar em intensidade e incluir estresse, ansiedade, incerteza sobre o futuro,

baixa autoestima e culpa. Muitas adolescentes sentem vergonha e depressão, correndo risco aumentado de isolamento social, ruptura de relações, desintegração de redes de apoio, dificuldades nas relações com o parceiro, tensões e conflitos, além de problemas de imagem corporal e preocupações financeiras.

É fundamental que adolescentes grávidas recebam suporte adequado para enfrentar essas consequências emocionais. O apoio psicológico, programas de orientação, serviços de aconselhamento e redes de suporte comunitárias podem ajudar a adolescente a lidar com os desafios e a encontrar recursos para uma maternidade saudável e bem-sucedida.

O anúncio de uma gravidez na adolescência, especialmente quando não planejada, pode ter um impacto significativo e multifacetado no ambiente familiar, provocando reações emocionais diversas, como choque, surpresa, estresse e ansiedade, além de alterar dinâmicas familiares, provocar conflitos, impactar financeiramente e afetar os planos educacionais e de carreira da adolescente. A adaptação às novas responsabilidades e as mudanças na vida familiar requerem comunicação aberta, suporte emocional e planejamento cuidadoso.

No que diz respeito ao impacto educacional, a gravidez na adolescência de meninas em período escolar manifesta-se de várias formas. Muitas adolescentes grávidas interrompem seus estudos devido às responsabilidades associadas à gravidez e à maternidade, resultando em atrasos na conclusão da escolaridade e dificuldades em retornar à escola após o parto. Além disso, adolescentes grávidas frequentemente vêm de contextos sociais e econômicos desfavorecidos, o que agrava as desigualdades educacionais. A gravidez pode “perpetuar ciclos de pobreza” e limitar as oportunidades educacionais e profissionais no futuro.

Para mitigar esses impactos, é essencial fornecer apoio adequado às adolescentes grávidas, incluindo serviços de orientação educacional, apoio financeiro e emocional, e acesso a programas de educação flexível. O suporte contínuo pode facilitar o retorno e a conclusão de seus estudos, aumentando suas chances de ter um futuro mais promissor.

Além disso, o estudo revelou a necessidade urgente de intervenções mais eficazes nas escolas, como a inclusão de programas de educação sexual que não apenas informam, mas também proporcionam segurança às adolescentes para

fazerem escolhas conscientes e seguras em relação à sua sexualidade. As recomendações baseadas nos achados da pesquisa incluem a implementação de políticas públicas que envolvam a família, a escola e a comunidade, a fim de oferecer um suporte integrado às adolescentes grávidas, garantindo, assim, a continuidade de sua educação e a promoção de seu bem-estar.

Em suma, o estudo concluiu que a gravidez na adolescência continua a ser um desafio significativo no contexto educacional de Boa Vista, Roraima, e que esforços conjuntos são necessários para criar um ambiente educacional que apoie as jovens, prevenindo a gravidez não planejada e assegurando que aquelas que engravidem possam continuar seus estudos e construir um futuro melhor.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. C. **As causas da evasão escolar de crianças e adolescentes da educação básica e sua relação com a violação de direitos humanos**. Pará: UFPA, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42113/R%20-%20E%20-%20TALI%20COSTA%20DE%20OLIVEIRA%20ALMEIDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jun. 2024.

AVILA, I. T. F. **A reincidência da gravidez na adolescência e a evasão escolar**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, São Paulo, 2015.

BARNET, B.; LARIMER, M. E.; WANG, Y.; IRELAND, J. **Maternal depressive symptoms, parenting practices, and child behavior outcomes**. *Journal of Adolescent Health*, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 05 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Declaração dos Direitos da Criança**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/c/dhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirCrian.html>. Acesso em: 05 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 05 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 05 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 05 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Ministério da Educação, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BOCK, A. M. B. **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores.** *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, v. 11, n. 1, p. 63-76, 2007.

BRAGA, Nádia. **Educação sexual nas escolas brasileiras: Um estudo contemporâneo.** *Jornal de Brasília*, 2009.

BUENO, José Ricardo. **Adolescência e os desafios sociais.** *Revista Brasileira de Psicologia*, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

DINIZ, Simone de Almeida. **Gravidez na adolescência: Impactos e desafios.** São Paulo: Editora Futura, 2010.

DINIZ, Tania; ASINELLI-LUZ, Andrea. **A educação sexual no currículo escolar.** *Educação e Pesquisa*, 2007.

DIMENSTEIN, Magda. **Gravidez precoce: um desafio para a saúde pública.** *Jornal Brasileiro de Saúde Pública*, 2009.

FREIDMAN, L.; PHILLIPS, D. **Adolescência e gravidez: Impactos emocionais.** *Journal of Adolescence*, 1981.

FUJIMORI, Elizabeth. **Adolescência e sexualidade: Influências da mídia.** São Paulo: Editora FTD, 2009.

GOMES, Helen; SILVA, Ronaldo. **Gravidez na adolescência e os desafios educacionais.** *Educação em Debate*, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza. **A sexualidade nas escolas: uma abordagem pedagógica.** *Educação Sexual*, 2006.

KAHHALE, Edson; PEREIRA, Tânia. **Adolescência: desafios e oportunidades.** São Paulo: Editora Nobel, 2001.

MORAES, José Carlos Sturza de. **ECA e LDB, duas pontes a favor do direito à Educação.** 2016. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/ccdh/ECA-LDB.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/ECA-LDB.pdf). Acesso em: 06 jun. 2024.

MUNDIGO, Axel. **Paternidade na adolescência: uma revisão crítica.** *Estudos de Psicologia*, 1995.

OLIVEIRA, Romão C. **Um olhar sobre o art. 227 da Constituição Federal.** 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2019/um-olhar-sobre-o-artigo-227-da-constituicao-federal>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ONU. **Taxa de gravidez no Brasil está acima da média mundial, aponta ONU.** *Abrinq, Comunicações e Direitos*, 2020.

PEIXOTO, Maria Fernanda; NEVES, Alessandra. **Gravidez na adolescência: implicações para a saúde.** *Revista de Saúde Pública*, 2011.

PFROMM NETTO, Samuel. **Psicologia da adolescência: uma visão contemporânea.** São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

QUIROGA, Mary et al. **Adolescência e os desafios da maturidade.** *Revista Psicologia e Sociedade*, 2013.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Direitos difusos e coletivos IV (Estatuto da Criança e do Adolescente).** São Paulo: Saraiva, 2012.

ROCHA, C. A. **Gravidez na adolescência e evasão escolar.** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009.

REIS, Lúcia Maria. **Impactos econômicos da gravidez na adolescência.** *Revista de Estudos Sociais*, 2009.

SAITO, Claudia; LEAL, Rosângela. **Gravidez precoce: desafios e soluções.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SANCHEZ, Miguel et al. **Adolescência: Transformações e desafios.** São Paulo: Editora Paulus, 2012.

SILVA, Antonio José. **Evasão escolar e políticas públicas.** *Revista de Educação Brasileira*, 2017.

SILVA, Marisa et al. **A escola e a gravidez na adolescência: Um desafio contemporâneo.** *Revista Brasileira de Saúde Escolar*, 2020.

SILVA NETO, João. **Sexualidade e educação: Teorias e práticas.** *Revista Educação e Cultura*, 2006.

SILVA, Maria Helena. **Pobreza e educação no Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 2007.

SILVA, Roberto Carlos. **Gravidez na adolescência e suas implicações.** *Revista de Psicologia Aplicada*, 2011.

SIQUEIRA, Elisa; TANAKA, Maria. **A gravidez na adolescência e a evasão escolar.** *Revista de Psicologia e Educação*, 1986.

TOLEDO, Rita de Cássia. **Adolescência no Brasil: Uma análise demográfica.** *Revista Brasileira de População*, 2008.

VALENTE, José. **Educação sexual: Um enfoque escolar.** *Revista ANDI*, 2004.

WEINER, Anita. **Adolescência: fases e conflitos**. In: BUENO, José Ricardo (Org.). **Psicologia da adolescência**. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

SEED-RR: Secretaria Estadual de Educação e Desporto de Roraima, 2024.